

## A CONSTITUIÇÃO DA INTERPRETAÇÃO NA CLÍNICA PSICANALÍTICA – UMA APROXIMAÇÃO

Janete Frochtengarten\*

*Carrego meus primórdios num andor  
Minha voz tem um vício de fontes  
Eu queria avançar para o começo  
Chegar ao criancimento das palavras  
Lá onde elas ainda urinam na perna.  
Antes mesmo que sejam modeladas pelas mãos.  
Quando a criança garatuja o verbo para falar o que não tem  
Pegar no estame do som.  
Ser a voz do lagarto escurecido.  
Abrir um descortínio para o arcano. \*\**

O poema é corpo neste texto; é corpo do texto; pertence a sua elaboração. Ele é matriz do pensamento que exponho, tal como a transferência é matriz da interpretação.

A interpretação na clínica psicanalítica tem esta especificidade: faz-se interpretação enquanto emanção da transferência ou, ainda, é plasmada na transferência e em seus efeitos no analista. Ou, mais ainda: nas (e a partir das) pegadas deixadas ao longo dos caminhos que a transferência vai percorrendo e nos (e a partir dos) investimentos que o analista vai fazendo de suas quase-memórias<sup>1</sup>.

Transferência – repetição. Aparente facilidade de equivalências. Aparente. Pois, afinal, repete-se o que? Repete-se não só o que é passível de representações significantes, circulações relativamente domesticadas em cadelas associativas, em ligações e desligamentos, em deslocamentos e condensações. Repete-se também o que Freud denominou de “o essencial” – aquilo que, em sua teorização, escapava às rememorações articuladas enquanto lembranças. “O essencial”: memórias agidas.

\* Psicanalista, membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae.

\*\* Manoel de Barros. “Livro sobre o nada”, Record, Rio de Janeiro, 1996.

<sup>1</sup> Este é o título de um livro de Carlos Heitor Cony. “Quase-memória” - Companhia das Letras, São Paulo, 1995. Uso-o para indicar que não são memórias da história subjetiva do analista, embora o sejam enquanto quase- história, provisória e diferencial. Volto a isto no final do texto.

O paradoxo no coração da transferência. "Repete-se na ausência, no vazio de todo o texto. Repete-se algo de fora do texto, algo de incrustado e não algo de impresso."<sup>2</sup> A pressão do *infans* em busca de expressão. A pressão de tudo o que não encontra "recurso e socorro na linguagem".<sup>3</sup>

Memórias agidas que surgem, sem aviso prévio, como uma "aparição, com afinidade não com a alucinação, mas com o alucinatório do sonho"<sup>4</sup>. Um passado presente na sessão. Um retorno para trás que leva para a frente.

O poema é aqui re-encontrado, em seu avancar para o começo e Ela também...

Ela é bonita. Ela se sabe bonita. Ela ama seu companheiro com quem vive há anos e se sabe amada. Tem fartos recursos financeiros; é inteligente e possui aguda percepção de situações humanas. Realiza, profissionalmente, um trabalho que a inquieta e encanta. Ela se sabe dotada de riquezas. Tomam-na por uma privilegiada da vida. Ela se ressentida, irritada com estes olhares que não lhe reenviam a si própria. Os olhares passam ao seu redor, em sua periferia; não pousam.

Ela é sempre tão ágil, esta jovem mulher; tão rápida, precisa tanto falar, falar, pensar, pensar... deixar tudo completo, tudo em ordem, para hoje e para amanhã (e para ontem). Sai da sala, ao final das sessões, sinalizando-me impaciência e insatisfação.

Ela permanece sobre o divã; tensa, parece não se recostar (como se não repousasse).

– Estou muito cansada hoje – diz, angustiada, depois de alguns minutos.

De onde este som? De sua movimentação em passos arrastados, revelando o quão difícil e longo está hoje o curto trajeto da porta ao divã? Este tom que modela e modula sua fala e que me faz ter, no *posteriori*, a imagem do andar que antes ocorrerá?

Algo que dói, que é além e que é aquém, que é outra coisa do que o cansaço excitado do qual vem falando desde que, há poucos meses, nasceu seu bebê; sua menininha tão ela, que enquanto ela/outra não pode sofrer, não pode estar, por um átimo que seja, sem mãe, sem ser atendida, compreendida. Cansaço por ser levada a tentar o que sabe impossível – ser absolutamente presente (é enlouquecedor).

Não é cansaço. É desânimo, é desalento. Será? Encontro em mim, finalmente, na ressonância que faz vibrar cordas de dores tão antigas, a expressão. É dor. É dor em atividade, aqui. Agora.

– Cansaço.....tristeza – digo, mimetizando (sem ter me proposto a) seu tom e simultaneamente, deslocando na fala.

3 J.B. Pontalis. "A Estação da Psicanálise" – *Jornal de Psicanálise*, São Paulo, dez. 1994.

4 Obra citada.

Ela chora. Tensa, constrange-se em palavras mal audíveis, de tão estranguladas, semi-gemidos; depois, conduzida pelo próprio choro, a dor vem em lágrimas, escorrendo palavras mais livres e – então – mais pausadas. Fala do tio doente que morrerá há duas semanas (tio jamais antes presente na análise; doença e iminência de morte, ausentes da mesma forma). Mas, não. Não é pelo tio; é que a morte do tio, de quem nem gostava muito, à casa de quem raramente ia desde que a tia morreu...

– Eu fui no velório na casa dela..... dele. Ela sempre me recebia bem. Ela gostava muito de mim. Eu adorava quando podia ficar lá. A minha tia assistia televisão comigo, sentava comigo no sofá... Era engraçado, eu gostava de comer lá. Ela fazia pipoca e misturava com pedacinhos de manga..... Eu gostava do barulho da pipoca na panela. Ficava colorido no prato.....

Chegando à sessão, transpondo a porta, andando lento rumo ao divã que a expulsa e convida, ela se rende depois de minha fala (que, mal sabia eu, a faz pousar no divã) a uma melancolia, a um buraco, como diz. Um buraco não-mãe, em um momento dela tão mãe.

E a dor nostalgia se presentifica nas cores e no doce humor de um amor perdido.

– Quando a minha filha crescer, acho que ela também vai gostar de manga com pipoca. – E ri, em lágrimas, orgulhosa desta idiossincrasia. Seu privilégio singular.

Depois desta sessão seu ritmo ralenta. Anuncia-se um lugar possível para a dor pousar.

Repousar. Até então passava as noites em claro, descansando um pouco de dia. E a filha chorava e chorava, noites e noites.

– A noite é tão terrível, diz ela – (para quem?)

Ela se extenuava; mas, é ela, só ela e mais ninguém, que pode ir ao encontro da filha. A sessão anterior terminara com seu questionamento – A minha filha chora tanto porque? Para eu ficar com ela?

Fica comigo uma questão outra, diferida: a filha (nela) chora para (e por) ela?

Ao término da sessão que relato, ela adquire a propriedade de seu próprio choro. Seu privilégio.

Depois de algumas sessões diz, com ar meio maroto – Não é que a nenê está começando a dormir melhor?

Como refletir sobre esta situação clínica? O nome tristeza que enuncio, vem através da passagem por inúmeros registros, marcas mnêmicas deixadas comigo. Além e aquém das palavras, marcas potenciais. Potenciais de configurações, de onde o nomear pode surgir. Afluxos. Afluentes da palavra em direção ao nome.

"A instauração da situação analítica é a condição para confiar à linguagem uma capacidade de receptividade às tonalidades. É esta, em

primeiro lugar, a função tomada pela atenção equiflutuante, que comporta sua modalidade associativa, de tal forma que a fala do analisando, ao falar, torne-se sensível em suas palavras a uma difração dos afetos que ela busca exprimir. O fato de as associações tornarem os afetos líquidos e circuláveis só é concebível em relação a essa atenção, e desde que este atenção esteja, em silêncio, voltada para o interior da linguagem, onde as palavras são turbulentas do nomear....."<sup>5</sup>.

Pierre Férida me transmite que, sendo o analista conhecedor de que o afeto tem uma natureza sintomática, não confunde a transferência com os afetos da transferência.

Este é o tão sutil quanto fundamental diferencial ao qual eu apontava (Nota 3). Conheço que não estou imersa na inter-subjetividade (podendo até eventualmente estar). As cordas que o tom da paciente acordam em mim, meus sons de dor, não são os dela, nem tampouco os dela metabolizados. Por outro lado, eu não teria tocado as suas cordas, se o toque dela nas minhas não tivesse se feito acorde. Acorde que me angustia por conhecer que preciso "dissoná-lo", que as minhas são quase-memórias. Sou a que, idealmente, sustenta o ato de linguagem – e a angústia é o sinal desta alteridade última. Mas não posso denegar "os aspectos de presença"<sup>6</sup>, não posso "reeditar um modelo de abstração corporal que seria de natureza traumatogênica"<sup>7</sup>.

Mimetizo o tom da fala da paciente. As palavras que escuto são pluri-informadas: pela música da fala, pelo desenho rítmico de um corpo que se move em passos pesados, pela imagem de um jovem rosto sofrido. Assim me foi dado pegar no estame do som.

A obra estética, o trabalho com a linguagem no poema, não se sobrepõe ao trabalho peculiar da constituição da interpretação em uma análise. Mas o poeta não apenas busca o criancimento das palavras; em sua escrita o criancimento acontece. O poema garatuja o verbo, é voz ainda não moldada, é cor sonora de pipoca com manga.

Estados nascentes e recorrentes do verbo. A eterna turbulência do nomear.

Turbulência que, na aproximação que faço sobre a interpretação em psicanálise, passa, incontestavelmente, pelos caminhos (nada planos) do afeto e da contra-transferência.

5 Pierre Férida, "Nome, figura e memória", Editora Escuta, São Paulo, 1991, pg. 213.

6 Obra citada, pg. 207.

7 Idem.

## DE BABEL A PENTECOSTES\*

*Haroldo de Campos\*\**

### **I - A Modo de Epígrafe: O Episódio Bíblico da Torre de Babel (Bere'Shith/Gênese, 11,1-9)**

1. Eis toda a terra § uma língua-lábio una §§§  
E palavras § unas
2. E eis § no que viajavam para o Oriente §§§  
E se depararam com um vale § na terra de Shinar §  
e pararam lá
3. E disseram § um para o outro § vamos §  
pô-los os tijolos §§ no fogo § e afogueá-los §§§  
E o tijolo para eles § foi como § pedra-de-apoio §§  
e a massa de argila §§ foi para eles § argamassa
4. E eles disseram § vamos §  
construamos para nós uma cidade § e uma torre §  
e seu topo no céu § e façamos para nós § um nome §§§  
Ao inverso § seremos dispersos sobre a face de toda a terra
5. E baixou Ele-O Nome §  
para ver a cidade § e a torre §§§  
Que construam § os filhos-constructos do homem
6. E disse Ele-O Nome §  
um povo uno § e uma língua-lábio una § para todos §§  
e isto § só o começo do seu afazer §§§§  
E agora § nada poderá cerceá-los §§  
no que quer § que eles maquinem § fazer
7. Vamos § baixemos §§§  
e lá babelizemos § sua língua-lábio §§§  
Que § não entenda §§ um §  
a língua-lábio do outro

\* (Conferência apresentada no ciclo "Banco Nacional de Idéias", 1995: "Torre de Babel / Multiculturalismo, Transculturalismo e Sincretismo Cultural)

\*\* Poeta e ensaísta.

8. E os dispersou Ele-O Nome § de lá §  
sobre a face de toda a terra §§§  
E eles cessaram § de construir a cidade
9. Por isso § chamou-se por nome § Babel §§  
pois lá § babelizou Ele-O Nome §  
a língua-lábio de toda a terra §§§  
E de lá § dispersou-os Ele-O Nome §§  
sobre a face § de toda a terra

("Trans-criação", a partir do original hebraico)

## II - De Babel a Pentecostes: uma "Utopia Concreta"

A literatura brasileira não teve origem. Quero dizer: não teve origem pontual, simples, embrionário-genealógica. Sua "origem" – entre aspas – deve ser entendida no sentido vertiginoso que tem a palavra alemã URSPRUNG, em Walter Benjamin, termo que, assinala-se, envolve a idéia de "salto", ou, ainda, pode compreender-se numa acepção análoga à científica (do vocabulário químico ou meteorológico) de "precipitação".<sup>1</sup>

Assim, a literatura brasileira – como certos heróis mitológicos – não teve infância: nasceu madura, adulta, saltando – ir-rompendo –, já na condição de interlocutora (sem a prévia a-fasia da inefável idade infantil, em que não se sabe ainda falar), no cenário vertiginoso do barroco – um estilo universal, e não apenas ocidental: o sinólogo James J.Y. Liu, por exemplo, considera barroco um poeta chinês do século IX de nossa era, da dinastia T'ang, tardia, Li-Shang-Yin; o especialista japonês Toshio Kawatake e, entre nós, a estudiosa de dramaturgia oriental Darci Yasuco Kusano discernem traços barroquistas em modalidades teatrais

1 Walter Benjamin, *Ursprung des deutschen Trauerspiels* (Suhrkamp Verlag: Frankfurt a.M., 1972): "Ursprung, wiewohl durchaus historische Kategorie, hat mit Entstehung dennoch nichts gemein (...) Der Ursprung steht im Fluss des Werdens als Strudel und reißt in seine Rhythmik das Entstehungsmaterial hinein." ("A origem, apesar de ser uma categoria totalmente histórica, não tem nada a ver com a gênese (...) A origem se localiza no fluxo do vir-a-ser como um touvelinho, e arrasta em sua corrente o material produzido pela gênese"); tradução brasileira por Sérgio Paulo Rouanet, WB, *Origem do Drama Barroco Alemão* (Brasiliense: São Paulo, 1984). *Precipitação* (termo empregado em química) vem do latim, significando "saltar de ponta cabeça (caput)".

seiscentistas como Kabuki e o Bunraku que, por esses traços, se distinguem da sobriedade "clássica" do Nô<sup>2</sup>.

Esta a tese que defendi em O Sequestro do Barroco na Formação da literatura Brasileira: o caso Gregório de Matos (Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado, 1989)<sup>3</sup>. Propus, então – não em modo impositivo, como verdade única, mas como possibilidade alternativa e enriquecedora, a leitura do passado literário brasileiro por uma perspectiva não submissa à linearidade teleológico-evolutiva das historiografias tradicionais, que se orientam pela noção substancialista de "espírito nacional". Das aquelas historiografias que fazem coincidir a maturidade literária com a emancipação política, fiéis ao paradigma oitocentista das "histórias da literatura nacionais" (Gervinus, De sanctis, Lanson, por exemplo), caracterizadas pelo projeto de representar, hegelianamente, "a essência de uma entidade nacional em busca de si mesma" (H.R. Jauss)<sup>4</sup>.

Nossa literatura, de fato, emergiu – ex-surgiu – sob o signo do multilingüismo, do sincretismo, da transculturação.

Antes mesmo de seu "salto" adulto, amadurecido, no palcoscênico barroco, ainda numa espécie de bastidor "pré-lúdico" – o tardo-medievalismo quinhentista, de matiz gil-vicentino –, já se confrontava com a "outridade" da condição ameríndia, através do gesto escritural polilingüe do Pe. José de Anchieta (1534-1597), jesuíta canário de Tenerife, expressando-se em espanhol, português e latim, e ainda em tupi (língua

2 James J.Y. Liu, *The Poetry of Li Shang-yin / Ninth-Century Baroque Chinese Poet* (The University of Chicago Press: Chicago, London: 1969); Toshio Kawatake, *Das Barocke im Kabuki / Das Kabukihafte im Barocktheater* Die Osterreichischen Akademie der Wissenschaften: Wien, 1981); Darci Yasuco Kusano, *Os Teatros Bunraku e Kabuki: Uma Visada Barroca* (Perspectiva/Fundação Japão: São Paulo, 1992).

3 A respeito deste meu trabalho, assim se pronunciou Roberto Ventura: "A história literária passa a ser pensada menos como 'formação' do que como transformação, não como processo conclusivo, mas aberto, em que se enfoca a dinâmica descontínua e não-teleológica do sistema literário e cultural, em suas múltiplas temporalidades. Hans Robert Jauss e Haroldo de Campos sugeriram a escrita de uma história literária não-linear que leve em conta as mudanças no horizonte de recepção das obras, na sua pluralidade e diversidade de tempos." (*Estilo Tropical/História Cultural e Polêmicas Literárias no Brasil*, Companhia das Letras: São Paulo, 1991).

4 Hans Robert Jauss, *Literaturgeschichte als Provokation* (Suhrkamp Verlag: Frankfurt a.M., 1970); *A história da literatura como provocação à ciência literária*, tradução brasileira por S.Tellaroli (Editora Ática: São Paulo, 1994).

de que o padre poliglota fez uma Arte da gramática em 1595, há quatro séculos, portanto)<sup>5</sup>.

Nas composições de Anchieta (sobretudo naquelas destinadas aos seus jogos teatrais celebrativos e catequéticos), as línguas se alternam, se revezam, entram em contraponto dialógico, mesclam-se mesmo em alguns momentos. Não sem motivo, um estudioso atual da “poética poliglótica”, o romanista K. Alfons Knauth, da universidade de Bochum, enfocando a tradição da “poesia multilingual”, inclui entre os exemplos dessa tendência, que se projeta em cheio na modernidade, trechos de extração anchietana, colocando-os sob a rubrica “modelo pentecostal”, com uma epígrafe de Apollinaire (“Langues de feu, où sont-elles mes pentecôtes / Pour mes pensées de tous pays de tous les temps”)<sup>6</sup>.

No Barroco do Seiscentos, essa vocação multilingüe, transcultural, se confirma plenamente. Seja em Gregório de Matos (1633-1695), figura máxima do período, não só no bilingüismo ibérico de seu estro, mas, pronunciadamente, nos célebres sonetos satíricos mosqueados de tupinismos e africanismos<sup>7</sup>; seja no caso menos considerado de Botelho de Oliveira (1636-1711), poeta de acento marinista e de marcada competência artesanal. A Música do Parnaso (1705, Lisboa), primeiro livro im-

5 O poliglotismo programático dos jesuítas levou-os a outros empreendimentos notáveis na área “transcultural”. Assim, o Pe. João Rodriguez, radicado no Japão desde 1577, publicou a Arte da Lingoa de Japam (1604-1608), seguida por uma Arte Breve da Lingoa Japoa. Ver, a propósito, Tae Suzuki, “Padre João Rodriguez: suas Artes e a linguagem de tratamento da Língua Japonesa”, Estudos Japoneses, VII (CEJ/USP: São Paulo, 1987). Quanto ao Pe. italiano Mateus Ricci e suas relações com a cultura chinesa, leia-se o fascinante O Palácio da Memória, por Jonathan S. Spence (Editora Companhia das Letras: São Paulo, 1986).

6 K.A. Knauth, “Poesia Multilingual”, conferência apresentada em Salto Oriental, Uruguai, no Simpósio promovido pelo “Centro Cultural Internacional” da referida cidade, a sair nos “Anais” respectivos, em curso de publicação, aos cuidados de Lisa Block de Behar; ver, também, “Poethik Polyglott”, Dichtungsring / Zeitschrift für Literatur, n. 20 (Romanisches Seminar, Bochum Universität: Bochum, 1991). José de Anchieta, S.J., Poesias, edição de M. de L. de Paula Martins, Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1954. Em seu estudo Anchieta, a Idade Média e o Barroco (Editora Guernasa: Rio de Janeiro, 1966), Leodegário A. de Azevedo Filho refere-se à “ideologia barroca”, ou, mais exatamente, “pré-barroca” – um estilo de transição – nos autos anchietanos.

7 A mestiçagem lexical de Gregório de Matos irritou um de seus mais acirrados críticos, Sílvio Júlio, que não hesita em recorrer a um jargão eivado de preconceito racista para verberar e tentar inferiorizar o poeta baiano em confronto ao barroco europeu de Gôngora: “O que rutilava em Gôngora e era música de violino, tornou-se parda, nefelibatice em Gregório de Matos Guerra e batuque africano”. (“Os plágios de Gregório de Matos Guerra”, Reações na Literatura Brasileira, Livraria N. Antunes: Rio de Janeiro, 1938). Sor Juana Inés de la Cruz, a grande poeta mexicana, contemporânea de nosso Gregório, também mesclou o náhuatl com o espanhol.

presso de autor nascido no Brasil, recolhe poemas em português, espanhol, italiano e latim. Botelho empenha-se em demonstrar, como refere no prólogo de seu livro, que no século do “delicioso Marino”, do “culto Gôngora” e do “vastíssimo Lope”, precedidos pelo “grande Tasso” e pelo “insigne Camões” (referências de recepção que delineiam seu “horizonte de expectativa”), as Musas podiam também fazer-se “brasileiras”, assim como as gregas de Homero “renasceram em Itália” (e na Espanha, e em “Portugal, ilustre parte das Espanhas”). Esse plurilingüismo de adoção (fizeram-se “conaturais”, diz Botelho, as musas transladadas para novos domicílios), longe de expressar uma veleidade cosmopolita, “alienada”, assinalava uma vocação dupla – para o universal e para a alteridade, o mesmo e a diferença – que assumia o caráter de uma reivindicação. Mesmo contra a suspicácia dos incrédulos, o poeta nascido no Brasil investia-se no legado da tradição greco-latina, ainda que seu gesto reivindicatório parecesse ex-cêntrico, partindo, como partia, da “última parte do mundo”, ou seja, do “empório” americano. No poeta quadrilingüe, não por acaso, essa reivindicação de direitos hereditários coincide com o sentimento de ser “filho do Brasil” (“o primeiro que faça pública a suavidade do metro”) e se prolonga na celebração das belezas e opulências naturais da terra tropical, numa “silva” em cornucópia, A Ilha da Maré. Esse poemeto tem sido desprezado por certa crítica reticente ou decididamente avessa quanto à profusão e a desmesura barroquista, a “tara gongórica”; como se exprimia A. Candido na época de Clima; no entanto, um poeta de altura de João Cabral de Melo Neto, falando da importância que confere ao trabalho formal em sua poesia, o que o colocaria à margem da tradição “principal” da literatura brasileira, refere-se exatamente ao barroco baiano como um de seus precursores: “Sou marginal como Botelho de Oliveira, que escreveu um poema chamado A Ilha da Maré que é simplesmente maravilhoso...”<sup>8</sup>.

8 Antonio Candido, “Fernando Pessoa, Poesias, vol. 1. das Obras Completas, 2a. edição. Lisboa - Editorial Ática - 1943 (revista Clima, n. 14, São Paulo, setembro de 1944): “As técnicas do hermetismo, as associações de imagens e palavras, o rebuscamento gongórico, as idéias banais, se fundem em todo harmonioso nas mãos deste poeta, não sabemos se frágil ou forte, mas sem dúvida alguma poderoso.” (...) “Fernando Pessoa é um caso mais sério, do ponto de vista da forma. Não creio que seja poeta para grande público nem para os amantes da singeleza. Muitas de suas poesias trazem uma tara gongórica que lhes dá um esplendor dourado e difícil de obra rara.” (O então jovem crítico comparava Pessoa e Antonio Boto, apontando a “força muito maior do primeiro” e, ao mesmo tempo, caracterizava como “barroco e moderno” o estilo de Pessoa nos “catorze sonetos dos Passos da Cruz”). Sobre Botelho de Oliveira, Candido e Aderaldo Castello assim se pronunciam: “São esses extremos do barroco literário, nas suas contradições, vãos arrojados ou passos rasteiros, dos grandes temas à banalidades, que nos levam a alimentar a dúvida sobre a sua autenticidade e a permanência da sua comunicação”. (Os autores se referem à “Silva à Ilha da Maré” que consideram um “mau poemeto”. cf. Presença da Literatura Brasileira, I, DIFEL: São Paulo, 1964). João Cabral de Melo Neto, entrevistado por

A “constante” barroca na literatura brasileira contamina, no século XVIII, os nossos árcades, nutridos de resíduos “cultistas” e “conceitistas”, mesmo a contrapelo do neoclassicismo italiano e de seus sequazes lusitanos, que lhes deveria servir de norma<sup>9</sup>. Atua, ainda, de modo latente, nas macarrônicas “monstruosidades” tradutórias do humanista pré-romântico maranhense Odorico Mendes (1799-1864), “trans-criador” de Virgílio e de Homero num dialeto artificial, requintado e sintético, estranho, razão pela qual foi, por assim dizer, excluído da cidadania literária por Sílvio Romero e críticos posteriores. Isto não impediu que, a seguir, Sousândrade (1832-1902), o “poeta-maldito” marginalizado por nosso Romantismo oficial (Romantismo que já chamei de “extrínseco” e que deriva nitidamente das matrizes mais convencionais da Escola romântica inglesa, francesa e alemã –, de Byron, Hugo, Lamartine, Musset, Goethe e Heine) –, isto não impediu que Sousândrade reconhecesse em Odorico “o pai rococó”. Sousândrade, barroquizante por um viés de seu poema longo *O Guesa*, e nisto antecipador do Neruda visionário e transamericano do *Canto General*; por outra vertente, consti-

*continuação...*

Marília Martins (*Folha de S. Paulo*, “Letras”, 6.01.90), expressou, como vimos, ponto de vista diametralmente oposto. Também de parecer favorável a Botelho é a estudiosa italiana Luciana Stegagno Picchio: “...le savoureux auter de la *silva* sur la *Ilha da Maré*: un poème nativiste dans le goût des *Frutas do Brasil* (1702) de Frei Antônio do Rosário, où le baroque s'exaspère jusqu'à voir dans l'ananas la Vierge Marie”; ou, ainda: “...un solo episodio di gusto nativista: una ‘silva’ all'isola baiana di Maré in cui l'exasperazione sensoriale barocca si fissa, con voluta ingenuità, sui piaceri del palato. Ed ecco che nell'ode ai cibi locali, ai pesci gustosi, alle frutta saporose, intervengono quei nomi indigeni (‘cajus’, ‘pitangas’, ‘pitombas’, ‘beiju’) cui una musa aristocratica aveva fino allora interdetto l'ingresso in poesia”. (Cf. *La Littérature Brésilienne*, PUF/“Que sais-je?” : Paris, 1981; *La Letteratura Brasiliana*, Sansoni/Accademia: Firenze/Milano, 1972). A alusão à “exasperação” no Barroco de Colônia faz pensar na tese de Lezama sobre o “excesso” na poesia de outro émulo de Gôngora, o colombiano Hernando Domínguez Camargo (cf. *La expresión americana*, Alianza Editorial: Madrid, 1969; em português, na primorosa edição de Irleamar Chiampi, *A expressão americana*, Brasiliense: São Paulo, 1988).

9 Affonso Ávila, resenhando a tese doutoral de Melânia Silva de Aguiar, *O jogo de oposições na poesia de Cláudio Manuel da Costa*, IL/UFMF, 1973, releva o conflito entre “esquemas estruturais e temáticos de feição barroquizante e outros que evidenciam já uma vontade de renovação arcádica que não chega, no entanto, a resolver-se com maior autonomia como ocorrerá em poetas posteriores” (Revista *Barroco*, n. 6, UFMG: Belo Horizonte, 1974. Valiosa contribuição à tese da pervivência (ou “continuidade”) do Barroco é a de Sérgio Buarque de Holanda, *Capítulos de Literatura Colonial Brasileira*, Brasiliense: São Paulo, 1991. Antonio Candido, organizador e introdutor desse volume de publicação póstuma, assim a resume: “Sérgio acha que o Arcadismo e seu humanismo inovador foi um fato isolado, que nem repercutiu imediatamente, nem cortou o florescimento das tendências ligadas ao Barroco tardio.” Isso porque, explica o prefaciador: “Como o cultismo chegou atrasado no Brasil e se prolongou muito, esse veio fluir quase até a Independência...”

tuiu-se num verdadeiro pré-Pound, no polilingüe e fragmentário episódio do “Inferno de Wall Street” (Canto X do *Guesa*)<sup>10</sup>. Helenista como Odorico, seu coestaduano, Sousândrade é contemporâneo síncrono de Baudelaire (*Les Fleurs du Mal*, 1857; *Harpas Selvagens*, 1857). Através de seu estro “desacorde” se manifesta a “função antecipatória” da literatura em nossa poesia, motivo pelo qual sua intervenção na cena de nosso Romantismo “preferencial” (Gonçalves Dias, Casimiro de Abreu, Álvares de Azevedo, Fagundes Varela, Castro Alves etc.) ocorre como um “terremoto clandestino”, que fugia ao limiar de percepção de seus contemporâneos (faltava-lhe o domínio da forma-epiloga, perplexo, Sílvio Romero, diante dessa poesia que escapava à “toada comum” do tempo...).

O seguinte momento relevante é o *Simbolismo*. Cruz e Souza (1861-1898), o poeta negro de Desterro (Florianópolis) – que outro dos acatados críticos da época, José Veríssimo, julgara padecer de uma “inibição patológica” à expressão poética –, confraterniza-se com os simbolistas franceses, para engendrar, por seu turno, um verso que lhe é peculiar. Feito de sintagmas aparentemente desconexos, chegou a parecer regido pelo atavismo de uma pré-lógica “bantu”, por uma “concordância aliterativa” de modelo africano, na opinião de um comentador de vezo filológico, Joaquim Ribeiro. O antropólogo e estudioso de literatura Roger Bastide, no entanto –, com excesso de generosidade, mas com bem-vindo senso reparatório – não hesitou em colocar o nosso “cisne negro” em paridade com Mallarmé e Stefan George, na “grande tríade” do Simbolismo universal<sup>11</sup>. Será porém Pedro Kilkerry, mulato baiano de ascendência irlandesa, leitor poliglota e voraz, o poeta nosso de registro mais original nessa linha, dialogando com o Mallarmé dos sonetos, mas também com Rimbaud e com a vertente menos ostensiva do Simbolismo francês –, a “coloquial-irônica” (Edmund Wilson) de Laforgue e Corbière, aquela mesma que irá desembocar na sofisticada logopéia de Pound e Eliot (e

10 Sobre Odorico Mendes, ver Haroldo de Campos, “Da tradução como criação e como crítica”, 1962, *Metalinguagem e outras Metas* (Perspectiva: São Paulo, 1992; a *Odisséia*, na versão de Odorico Mendes, foi reeditada pela EDUSP, com fixação do texto, notas e estudo introdutório de Antônio Medina Rodrigues (São Paulo, 1992). Quanto a Sousândrade, a obra que o repôs em circulação foi *Revisão de Sousândrade*, 1964, por Augusto e Haroldo de Campos; 2a. ed. revista e ampliada, Nova Fronteira: Rio de Janeiro, 1982.

11 Roger Bastide, “Quatro Estudos sobre Cruz e Souza” (*A Poesia Afro-Brasileira*, 1943), Afrânio Coutinho (org.) *Cruz e Souza: Fortuna Crítica*, Civilização Brasileira/MEC: Rio de Janeiro, 1979; Joaquim Ribeiro, “Vestígios da concordância bantu no estilo de Cruz e Souza” (na o. cit.); Ivan Teixeira, “Cem anos de Simbolismo: Broquéis e alguns fatores de sua Modernidade”, introdução a Cruz e Souza, *Missal/Broquéis*, Martins Fontes: São Paulo, 1993; o crítico aponta o poeta negro como o precursor do “verso harmônico” preconizado no Modernismo por Mário de Andrade.

com a qual, numa surpreendente confluência temporal, Lugones, na Argentina e López Velarde, no México, independentemente, também conversam)<sup>12</sup>.

No Modernismo de 22 (ainda que defasado de mais de uma década em relação ao futurismo italiano, que o influenciou) e depois na poesia concreta dos anos 50 (esta na linha de frente de um movimento internacional, que – a partir do Brasil e da Suíça Alemã – expandiu-se pela Europa, EUA, México, Argentina e Japão), o dialogismo multi-transcultural se afirmou com novas características. No plano teórico, a poesia concreta brasileira retomou o impulso provocativo da “antropofagia” de Oswald de Andrade (1890-1954), o mais radical de nossos modernistas. Tratava-se de um “desconstrucionismo” brutalista, que postula a devoração crítica do legado cultural universal, não a partir da perspectiva passiva e resignada do “bom selvagem”, idealizado pelo Indianismo romântico, mas segundo o ponto de vista desabusado do “mau selvagem”, rebelde à catequização, devorador de brancos, Calibã-canibal. “Só me interessa o que não é meu” – proclama Oswald em seu “Manifesto Antropófago” (1928), propondo-se transformar “o tabu em totem”. Esse processo de deglutição do “outro” não envolve uma submissão de catecúmeno, mas sim uma “transculturação” animado de “função negativa”, no sentido de Nietzsche, que postula uma “visão crítica da história”, uma “transvalorização”. Todo passado que nos é “outro” merece ser negado. Merece ser comido, manducado, devorado –, diria Oswald. É uma atitude não-reverencial perante a tradição: implica apropriação, reversão, desierarização. Não por mera coincidência e cosmovisão “ex-cêntrica” do antropófago Oswald entra em consonância com a do cubano Lezama Lima, que, para constituir o que chama “expressão americana”, procura ler o passado (a história), também, de certo modo, “devorativamente”, como uma “sucessão de eras imaginárias”, repensáveis no presente por uma “memória espermática”, apta a substituir os nexos lógicos da linearidade causal por surpreendentes conexões “analógicas”<sup>13</sup>.

12 Sobre Pedro Kilkerry, ver Augusto de Campos, *Re-Visão de Kilkerry*, 1971; 2a. ed., revista e ampliada, Brasiliense: São Paulo, 1985. Sobre o argentino Lugones e o mexicano López Velarde, leia-se “Literatura y literalidad”, de Octavio Paz, *El signo y el garabato*, Joaquim Mortiz: México, 1973.

13 Cf. Haroldo de Campos, “Da razão antropofágica: diálogo e diferença na cultura brasileira” (1980) e “Minha relação com a tradição é musical” (1983), *Metalinguagem e outras Metas*, cit. na nota 10. Ver, ainda, de Emir Rodríguez Monegal, “The Metamorphoses of Caliban”, *Diacritics*/September 1977 (separata) e Luciana Stegagno Picchio “Antropofagia: dalla letteratura al mito e dal mito alla letteratura”, *Letterature d’America*, Anno II, n.8, Estate 1981, Bulzoni Editore (separata).

De Lezama Lima, como também de Alejo Carpentier e Severo Sarduy, procede o “neobarroco”, que vem a ser, justamente, essa reconfigurada “expressão americana”<sup>14</sup>. No caso dos cubanos, ela se abebera em Gôngora e Mallarmé, como também se impregna fortemente de surrealismo, mas vindica ao mesmo tempo um redescoberto ancestral, Silvestre de Balboa (canário como Anchieta e nascido na segunda metade do Quinhentos, porém radicado desde jovem em Cuba, onde falece em torno de 1640). Seu *Espejo de Paciencia*, ignorado por dois séculos e só “descoberto” em 1838 por José Antonio Echevarría, paladino do Romantismo cubano, acaba sendo reivindicado, desde então, por sucessivos escritores, em especial, contemporaneamente, por Lezama, Carpentier e Severo Sarduy. Todos eles se miram nesse poema “épico-barroco” (R. Gonzales Echevarría), cuja passagem mais relevante são as estâncias onde ninfas e sátiros da mitologia grega, aquelas carnavalescamente vestidas de “anágua”, irrompem festivamente, enquanto se dá a “enumeração caótica” de flores e frutas cubanas, estas designadas por seus nomes em *taino*, língua dos aborígenes da ilha. Mirada anti-narcísica, transcultural, que busca no mesmo (no universal) a diferença: a articulação diferencial da “cubanidade”.

O “neobarroco”, em nossa América, troca os sinais autoritários do absolutismo ibérico pelos signos da vertigem, da devoração lúdica, da “contra-conquista” (Lezama). Por isso não pode ser entendido por esquemas neoclássicos, neoconservadores, como o do reacionário teórico italiano Guido Morpurgo-Tagliabue, ambígua mistura de preconceito croceano antibarroquista e dogmatismo lukacsiano antivanguarda, um teórico que, desde a metade da década de 50, vem tentando fazer tábula rasa da revalorização do barroco, empreendida na Itália por críticos como Luciano Anceschi e poetas como Giuseppe Ungaretti, tradutor de Gôngora e de Mallarmé (e não só no âmbito literário italiano: nas letras inglesas por T.S. Eliot, com sua releitura dos “metafísicos”; nas espanholas por Dâmaso Alonso, García Lorca, Gerardo Diego e pelo mexicano Alfonso Reyes; nas de língua alemã, por Walter Benjamin e sua fundamental

14 Oswald de Andrade chamava o Barroco “estilo utópico”, o “estilo das descobertas, que desviaram a Europa do seu agocentrismo ptolomaico”; em sentido convergente, Lezama define o Barroco como “a arte da contraconquista”, “uma grande lepra criadora”; cf. O. de Andrade, *A Marcha das Utopias* (1953), Ministério da Educação e Cultura, Serviço de Documentação (“Cadernos de Cultura” n. 139): Rio de Janeiro, 1966; L. Lima, *A Expressão Americana*, o. cit. na nota 8. Sobre o conceito de “neobarroco”, ver “A Obra de Arte Aberta” (1955), de H. de Campos, *Teoria da Poesia Concreta* (1965), Brasiliense: São Paulo, 1987 (3a. ed.); Andrés Sánchez Robayna, “Barroco de la levedad”, revista *Atlántica*, Centro Atlántico de Arte Moderno: Las Palmas de Gran Canaria, n. 1, Mayo 1991. Roberto Gonzales Echevarría, *Celestina’s Brood*, Duke University Press: Durham/London, 1993, estuda a redescoberta, no período do Romantismo, e a fortuna crítica de Silvestre de Balboa nas letras cubanas, um “caso” bastante similar ao de Gregório de Matos.

reinterpretação do “auto fúnebre” do período, não por acaso ocorrida em ambiente expressionista)<sup>15</sup>.

Jan Mukarovsky, o notável estruturalista tcheco, num ensaio de 1946 (retomado e reafirmado por ele em 1963, em sua fase marxista), refutou convincentemente a tese das “literaturas menores”, submetidas à influência de mão única de parte das literaturas ditas “preferenciais”

15 Ver H. de Campos, O Sequestro do Barroco na Formação da Literatura Brasileira: O caso Gregório de Mattos, Fundação ‘Casa de Jorge Amado’: Salvador, Bahia, 1989; “Apresentação”, José Lezama Lima, Fugados, tradução de Josely Vianna Baptista, Iluminuras: São Paulo, 1993. O ensaio de G. Morpurgo-Tagliabue, “La retorica aristotelica e il Barocco” (1954), foi republicado em Anatomia del Barroco, Aesthetica Edizioni: Palermo, 1987; seu discípulo brasileiro é João Adolfo Hansen, A Sátira e o Engenho, companhia das Letras: São Paulo, 1989; para Hansen, “originalidade” (“concepção romântica”) é conceito inaplicável ao Barroco; quanto a Gregório de Matos, subscreve a tese de José Veríssimo: “A primeira geração de poetas brasileiros, inclusive Gregório de Matos, é unicamente portuguesa.”; a essa tese (contraditada por críticos modernos como a lúcida Luciana Stegagno Picchio), sequer opõe a comedida ressalva (“a aceitável solução de compromisso”, como diz Alfredo Bosi) de considerá-la “lusobrasileira”, como quer Soares Amora, com o endosso de Antonio Candido, que prefere usar, no mesmo sentido, a expressão “literatura comum”; cf. Antônio Soares Amora, História da Literatura Brasileira, Saraiva: São Paulo, 1955; Alfredo Bosi, História Concisa da Literatura Brasileira, Cúltrix: São Paulo, 1970; Antonio Candido, Formação da Literatura Brasileira, vol. 1, Martins: São Paulo, 1969, 3a. ed.; essa tese “moderada” é contestada por Afrânio Coutinho, que sustenta ser “literatura nacional brasileira” a literatura da “fase colonial”, A Tradição Afortunada, José Olympio Editora: Rio de Janeiro, 1968; em sentido convergente, a posição mencionada de Luciana S. Picchio (“faire coincider la naissance de la littérature brésilienne avec la Conquête, c’est impliquer que nous n’acceptons pas la division en littérature ‘coloniale’ et ‘indépendente’ pour laquelle optait autrefois l’historiographie des manuels”; cf. obras cit. na nota 13. Com o “lusitanismo” de José Veríssimo-Hansen, concorda, por sua vez, Wilson Martins, fazendo porém remontar a tese “colonialista” ao estudioso (e medíocre poeta) português José Maria da Costa e Silva (1788-1854), que a teria proposto desde 1850 em seu Ensaio biográfico-crítico sobre os melhores poetas portugueses (10 vols.); cf. Wilson Martins, “Febre Gregoriana”, Jornal da Tarde, São Paulo, 31.03.90 (severo “review” do livro de Hansen, que é acusado de “mutilar” a figura de poeta de Gregório de Matos; de usar de modo “claramente digressivo e superfetatório” a documentação de época, já utilizada de maneira adequada por Pedro Calmon e Fernando da Rocha Peres e, pois, com um “critério mais seguro de documentação historiográfica”; de ter sucumbido ao vício da “prolixidade”, recheando seu livro com um “tratado de poética e retórica”, “nem sempre de imediato interesse” e, o que parece mais grave, “infelizmente no plano do resumo escolar”; num aspecto, apenas, louva W. Martins – na linha, aliás, do seu notório conservadorismo crítico e estético, a contribuição de Hansen: na rejeição à “leitura heurística das vanguardas, como o Concretismo” com respeito à modernidade de Gregório e do Barroco (o que implica, obviamente, da parte de ambos, subscrever a tese sociológico-determinista de R. Escarpit, que liga a obra, irrevogavelmente, a seu público de época, o primeiro público ou “público específico”, definido pela história e pela sociologia; essa tese foi convincentemente refutada por H.R. Jauss, que privilegia, ao invés, a perspectiva “muito mais ambiciosa” de Auerbach, capaz de dar conta das “múltiplas rupturas epocais na relação entre escritor e público”; ver, a respeito, meu O Sequestro do Barroco, ob. cit. acima).

ou “maiores”. Para o teórico tcheco, essa questão era colocada de maneira apriorística e unilateral pela ciência literária-tradicional. A imagem de uma “literatura passiva”, cuja evolução seria guiada, em nível de mera casualidade, aleatoriamente, pela intervenção de influências externas, parecia-lhe falsa, mecanicista, não-dialética. As influências não agem por si sós no ambiente em que intervêm: combinam-se com o contexto local, a cujas necessidades se subordinam. São objeto de uma seleção e de uma rearticulação, mudam de inflexão. Daí a conclusão: “Os influxos não são expressões de uma superioridade essencial e da subordinação de uma cultura em relação a outra; seu aspecto fundamental é a reciprocidade”<sup>16</sup>.

Nessa visão maniqueísta incorreu, faz alguns anos, Frederico Jameson, no ensaio, até pelo título programático, “Third World Literature in the Era of Multinational Capitalism” (Social Text n. 15, Fall 1986). Nesse escrito, o porta-voz do marxismo retórico-universitário norte-americano propõe um modelo ideal (ou “metatexto”) para a consideração do que chama “literatura terceiro-mundista” (tomando como gênero exemplar o romance). Proclama: “todos os textos terceiro-mundistas devem necessariamente (...) ser lidos como (...) alegorias nacionais”. E assume que estaria enunciando, nada mais nada menos, do que o esboço de uma “teoria cognitivo-estética” da literatura do “terceiro-mundo”.

Respondeu-lhe de modo contundente o escritor marxista paquistanês Aijaz Ahmad (“Jameson’s Rhetoric of Otherness and the National Allegory”), no n. 17, Fall 1987, da mesma revista. Ahmad mostra como se revela descabida a proposta de Jameson, quando este assevera, como se estivesse fazendo um conjuro acautelatório:

“O romance do terceiro-mundo não oferecerá as satisfações de Proust ou Joyce; e, o que talvez seja mais prejudicial, tende a recordarnos estágios ultrapassados (outmoded) de nosso próprio desenvolvimento cultural primeiro-mundista, levando-nos a concluir: ‘eles estão ainda escrevendo romances como Dreiser ou Sherwood Anderson’.”

O escritor paquistanês aponta o “reducionismo positivista” dessa concepção, que aplicaria o modelo da dialética hegeliana “senhor/escravo” à relação cultural “primeiro” / “terceiro mundo” (o “segundo mundo”, não discutido no esquema jamesiano, que assim acaba convertido numa simplificada “oposição binária”, seria representado nessa tricotomia pela – hoje problemática – noção de “bloco socialista/comunista”...).

Esse binarismo redutor encobriria a dicotomia: “primeiro mundo / capitalismo industrial / pós-modernidade” versus “terceiro mundo / pré-capitalismo, pré-indústria / nacionalismo alegórico”, categoria onde

16 J. Mukarovsky, “Sullo strutturalismo”, versão italiana em La funzione, la norma e il valore estetico come fatti sociali, Einaudi: Torino, 1974.

se incluíam países como a Índia, o Brasil, a Argentina, o México, a África do Sul... Tudo isso parece a Ahmad carecedor de “fundamento empírico”. Em contrapartida, ele sustenta: “As diferentes partes do sistema capitalista devem ser reconhecidas não em termos de oposição binária, mas, ao invés, de unidade contraditória, com diferenças mas, também, com profundas sobreposições (*overlaps*).”

Ahmad prossegue, figando outra contradição (e complementar) nas formulações de Jameson. Este que, como a maior parte dos ocidentais desconhece a língua (o *urdu*) e as tradições literárias de seu contestado paquistão (uma tradição literária hindu de raiz pérsio-arábica, cujo primeiro grande poeta, Amir Khusrau, remonta ao século XIII), mostra-se inclinado a entender como coextensiva à “literatura do primeiro mundo” a grande tradição “greco-judaica”. Isso poderia levar à impressão abstrusa de que, desse ponto de vista “preferencial”, o *Bhagavad Gita* e o próprio *Corão* seriam, em contrapartida, textos do “terceiro mundo...”.

Ao tentar impor, em última análise, o modelo “realista-nacionalista” como aquele único que, *necessariamente* e de modo homogeneizador portanto, poderia dar origem a textos “terceiro-mundista”, admissíveis, assim, como “não-canônicos” (no caso, não por avançados, mas por formalmente retrógrados em aparência) e, por isso mesmo, autenticáveis como “não-alienados” às injunções “pós-modernistas”, “primeiro-mundistas”; à luz dessa autoritária “Lei de Jameson”, o acadêmico norte-americano estaria desconhecendo a existência, o prestígio e a influência no “primeiro-mundo” – e justamente nos currículos universitários e na prática literária deste – de autores como Neruda, Vallejo, Octavio Paz, Fuentes, García Marquez, Borges (para só mencionar latino-americanos, e sem esquecer que o nosso Machado de Assis já é um Borges no Oitocentos, em relação ao padrão realista de Balzac e ao naturalista de Zola, só tendo ficado numa “desalentadora obscuridade internacional” – como salienta A.Candido – pelo desconhecimento de nossa língua e de nossa literatura)<sup>17</sup>. Nenhum deles escreve como os naturalistas norte-americanos Dreiser e Sherwood Anderson e todos eles são capazes de produzir

17 Antonio Candido, “Esquema de Machado de Assis” (1968), *Vários Escritos*, Livraria Duas Cidades: São Paulo, 1970. Sobre a modernidade de Machado de Assis, à luz das concepções de “anatomia” (Northrop Fry) e de “sátira menipéia” / “carnavalização” (M. Bakhtin), não será demais enfatizar a importância da tese doutoral de Enylton José de Sá Rego, *Machado de Assis, a Sátira Menipéia e a Tradição Luciana* (The University of Texas at Austin, 1984); em livro sob o título *O Calundo e a Panacéia* (Machado de Assis, a Sátira Menipéia e a Tradição Luciana), Forense Universitária: Rio de Janeiro, 1989; trata-se de um estudo de poética dos gêneros que equilibra a leitura marxiana de Roberto Schwartz, isenta de maiores discussões a respeito dessa fundamental questão teórico-literária, à exceção de um breve aceno a J.G. Merquior, “Gênero e Estilo das Memórias Pós-

*continua...*

junto ao leitor “primeiro-mundista” (educado no alto ou já no pós-modernismo) uma satisfação de tipo análogo àquela produzida por Proust ou Joyce. Nesse sentido vai, com carradas de razão, a contradição de Ahmad, para quem “as condições ideológicas não são nunca singulares (*NB*: singularizáveis de modo a constituir um modelo unitário, um monotipo normativo), mas sempre múltiplas (*always several*)”<sup>18</sup>.

Aqui caberia acrescentar que Lezama (*Paradiso*) já foi descrito como um Proust “criollo”; que na brasileira Clarice Lispector (*Perto do Coração Selvagem*), nos argentinos Leopoldo Marechal (*Adán Buenos Aires*) e Julio Cortázar (*Rayuela*), no cubano Cabrera Infante (*Tres Tristes Tigres*), já foi mais de uma vez rastreada a influência de Joyce (do *Portrait* epifânico ao calemburesco *Ulisses* e mesmo ao polifônico *Finnegans Wake*). Influência verificável ainda no caso do *Grande Sertão: Veredas*, de Guimarães Rosa, livro que, aliás, Jameson treslê por via de uma falsificadora tradução norte-americana – *The Devil to Pay in the Backlands*, 1963 –, versão inconfiável, que transforma o “epos” metafísico do autor

*continuação...*

tumas de Brás Cubas”, Revista *Colóquio/Letras*, n. 8 Gulbenkian: Lisboa, julho de 1972; cf. R.Schwarz, *Ao Vencedor as Batatas*, Duas Cidades: São Paulo, 1977, p. 112, nota 68; desse reducionismo schwartziano deram-se conta, até o momento, poucos críticos: Sílvio Elia, “Machado em dó menor”, *Suplemento Cultural*, n. 569, *O Estado de S.Paulo* 6.07.1991 (detecta o “reducionismo” robertiano); S.P. Rouanet, “Contribuição para a dialética da volubilidade”, *Revista USP*, Coordenadoria de Comunicação Social da RUSP: São Paulo, n. 9, março/abril/maio 1991 (quando se pergunta, à p. 194: “...é possível mesmo vincular a forma da volubilidade a uma situação singular brasileira?”); José Salgado, resenha de “Um mestre na periferia do Capitalismo: Machado de Assis”, *Colóquio/Letras*, n. 132/133, abril/set.94 (analisa o aspecto redutor dos pressu-postos teóricos de um dogmatismo algo discutível” na “leitura dialética” de Schwarz, que, por outros ângulos, o resenhista louva).

18 Seria o caso de lembrar, em respaldo dos argumentos de Ahmad, a seguinte passagem de Engels: “Enquanto domínio determinado da divisão do trabalho, a filosofia de cada época supõe uma documentação intelectual (*Gedankenmaterial*) determinada, que lhe é transmitida por seus predecessores e da qual ela se serve como ponto de partida. Isto explica porque pode acontecer que países economicamente retardatários possam, não obstante, tocar o primeiro violino em filosofia.” (Carta a Conrad Schmidt, 1890); ou esta outra formulação, sempre de Engels, de uma carta a Joseph Bloch, do mesmo ano, a saber; o aspecto de “dominante”, em última instância, conferido às “condições econômicas”, não impede a constatação matizadora, segundo a qual, em segundo lugar, “a história se faz de tal modo que o resultado final deriva sempre dos conflitos dum grande número de vontades individuais, cada uma das quais, por seu turno, é feita como tal por uma congêrie de condições particulares de existência; há aí, portanto, o concurso mútuo de inúmeras forças, um grupo infinito de paralelogramas de forças, dos quais ressalta uma resultante – o evento histórico...”; não fora isso, e “a aplicação da teoria a não importa que período histórico seria mais fácil do que uma equação de primeiro grau” (K. Marx/F. Engels, *Sur la littérature et l'art*, Éditions Sociales: Paris, 1954) Sobre a extensão dessas reflexões à questão literária, pronunciei-me em “A poesia concreta e a realidade nacional”, revista *Tendência*, n. 4: Belo Horizonte, 1962.

brasileiro num trivial “banana Western”, simplificando-o ou mesmo suprimindo-lhe algumas das mais elaboradas passagens textuais; é o que se pode concluir da nota 13 de Jameson à p. 118 de The Political Unconsciousness (Ithaca, N. York: Cornell University Press, 1981), na qual caracteriza o romance rosiano como “aquela curiosa variante brasileira, no plano da ‘alta literatura’, do Western”<sup>19</sup>.

Já observou Octavio Paz, com sua usual argúcia crítica, que o termo “subdesenvolvimento”, extrapolado do jargão da ONU e aplicado mecanicamente à literatura, produz aberrações como, por exemplo, considerar corolariamente subdesenvolvidos autores como o argentino Borges, o mexicano Reyes, o neogrego Kaváfis...<sup>20</sup>

A questão do “nacionalismo” literário não pode ser encarada de um ponto de vista fechado, monológico. Desde o Barroco (sem falar do “pré-lúdio” multilingüe anchietano) não nos podemos pensar como identidade conclusa, acabada, mas, sim, como diferença, como abertura, como movimento dialógico da diferença contra o pano de fundo da universalidade (no caso, da “literatura universal”). Nacionalismo dialógico, portanto, modal, relacional, ao invés de ontológico, xenófobo, fundamentalista. Pois, como ainda salienta Ahmad, e está no nível da evidência histórica, “o nacionalismo não é algo unitário, com alguma essência ou valor predeterminado”, podendo revestir-se tanto de formas progressivas, como reacionárias<sup>21</sup>. A atualidade “pós-muro” – crescente – está-nos mostrando, mais uma vez, até onde pode chegar, e em que aberrações se pode encarnar, a “alegoria nacional”, quando movida a exclusivismos étnicos ou insuflada por fanatismo religioso<sup>22</sup>.

19 Sobre as relações Joyce/Guimarães Rosa, ver, por exemplo, Mary L. Daniel, João Guimarães Rosa: Travessia Literária, José Olympio Editora: Rio de Janeiro, 1968 (Cap. II – “Léxico”); Vera Novis, Tutaméia: Engenho e Arte, Perspectiva: São Paulo, 1990; quanto a Clarice Lispector, as obras de referência são: Olga de Sá, A Escritura de Clarice Lispector, Vozes: Petrópolis, 1979; 2a. ed., 1993; A Travessia do Oposto, Anna Blume: São Paulo, 1993.

20 Octavio Paz, “Invención, Subdesarrollo, Modernidad”, Corriente Alterna, México, 1967; em português, na tradução de Sebastião Uchoa Leite em Signos em Rotação, Perspectiva: São Paulo, 1972.

21 Cf. “Da razão antropofágica”, cit. na nota 13.

22 No meu Morfologia do Macunaíma (Perspectiva: São Paulo, 1973), citei o caso do poeta Jorge de Lima, cantor da “Nega Fulô”, que foi encontrar nas concepções aberrantes de Adolf Bartels (notório historiador literário de opção nazista, como tal caracterizado por G. Lukács, Aportaciones a la Historia de la Estética, Editorial Grijalbo: México, 1966; Literatursoziologie, Luchterhand Verlag: Neuwied, 1961, respectivamente pp. 338 e 457; p. 374), para profligar o “cosmopolitismo” e defender a literatura nacional em termos de Volkstum, de “peculiaridade étnica”; e isto em estudo sobre Mário de Andrade, “Todos cantam sua terra”, Dois ensaios, Casa Ramalho: Maceió, 1929. É verdade que se trata de um escrito de juventude, enredado em confusões ideológicas, sendo certo que o próprio Mário nada tinha a ver com idéias desse jaez, como assinala em meu livro. Mas já dá para perceber aonde pode levar o argumento “nacionalista” manejado sem cautelas críticas.

Desse ângulo de visada, não é pequena minha satisfação em participar desde encontro, onde temos, como convidado especial do Banco Nacional de Idéias, o poeta caribenho Derek Walcott, cuja obra põe em xeque, por mais de um aspecto, o esquema reducionista de Jameson quanto às características normativas da produção literária nos “países periféricos”.

No caso de Walcott, em especial de sua obra mais ambiciosa, o poema longo Omeros (1990), se se poderia falar de “alegoria”, esta, desde logo, não é “nacionalista” num sentido redutor, pois abarca o tema universal do exílio, seja na retomada das raízes africanas perdidas, seja no dilaceramento existencial do britânico major Plunkett, despaisado e carente de afirmação como o Ulisses judeu-húngaro-irlandês de Joyce, Leopold Bloom. Em seu discurso de recepção do Nobel (The Antilles / Fragments of Epic Memory, 1992), Walcott, referindo-se a St. John Perse, o poeta francês de Anabase, nascido em Guadalupe, o primeiro antilhano a receber aquele prêmio, o mais alto com que a intelligentzia do Ocidente distingue um escritor, deixou expresso:

“O gênio caribenho está condenado a contradizer-se. Celebrar Perse, poderiam falar, é celebrar o antigo sistema de plantio (...), varandas e serviços mulatos, uma linguagem francesa branca num alvo capace de sol, uma retórica do senhorio e da arrogância. E mesmo que Perse negue suas origens – grandes escritores cometem, por vezes, a tolice de negá-las –, nós não podemos denegá-lo, tanto quanto não podemos renegar o africano Aimé Césaire. Isto não é acomodação, é a república irônica em que consiste a poesia, uma vez que, quando vejo as palmeiras movendo suas copas ao nascer do sol, penso que estão recitando Perse.”

E longe de sentir-se um estranho face à grande tradição literária do ocidente, ou de contentar-se com uma forma de expressão obsoleta, tributária ou nativismo ou do regionalismo ingênuos, Walcott não hesita em se apropriar – como o fizeram antes Joyce e Pound – do alto modelo homérico (uma das duas matrizes fundantes dessa mesma tradição, na lição consabida de Auerbach; a outra seria a Bíblia hebraica). Recorre, ainda, ao módulo da “terzina”, que não oculta a sua preclara origem dantesca (mesmo quando o poeta caribenho não se deixa submeter ao padrão rímico e métrico desta). Finalmente, no plano da linguagem e do imaginário, infiltra no inglês de seu texto, hibridizando-o, expressões em francês “créole” e elementos onomásticos e rituais do culto africano iorubá (o mesmo, por sinal, do Brasil e de Cuba); no plano dos gêneros, também pratica a miscigenação, voltando-se, antes, para a “qualidade diferencial” (Tinianov) da prosa, ou seja, utilizando as técnicas de construção do enredo do romance moderno e do cinema, ao invés dos recursos da poesia e, em especial, daquela poesia que, em nosso século, procurou superar o dilema hegeliano-marxiano da impossibilidade da épica helênica no mundo da Revolução Industrial e da comunicação acelerada. Refiro-me, sobretudo, à “plotless epic” (Hugh Kenner) do grande

poeta norte-americano Ezra Pound, epopéia monumental dispersa em ruínas por mais de cem Cantos, de cujo exemplo instigador derivaram empreitadas de poema longo como as de William Carlos Williams (Petterson), Louis Zukofsky (A), Charles Olson (The Maximus Poems). O traço poético “diferencial”, em Omeros, além de manifestar-se nas marcas prosódicas, deve buscar-se antes na imagem e na metáfora, quando o “descrever” irrompe no “narrar” (metáfora essa que tem, em língua inglesa, para além da influência do surrealismo francês, cultores exponenciais como Hart Crane ou Dylan Thomas)<sup>23</sup>.

Concluo. Sob o signo bíblico da “Torre de Babel” (Bere’shith / Gênese, XI, 1-9), o homem dispersou-se, dividiu-se em línguas e nações. A balbúrdia dos particularismos – ensina-nos a história – poucas vezes tem encontrado condições harmoniosas de coexistência não-excludente. Sob o signo da reconversão de Babel em Pentecostes – de que a literatura e a cultura podem muito bem ser portadoras – a humanidade do novo Milênio conseguirá, quem sabe, reencontrar-se num espaço convivial

23 Derek Walcott, Omeros, The Noonday Press/Farrar, Straus and Giroux: New York, 1990; em português, em versão de Paulo Vizioli, com uma boa instrução do tradutor “Omeros: A Epopéia das Antilhas”, Companhia das Letras: São Paulo, 1994. Em meu modo de ver, todavia, Vizioli sobrevaloriza seu autor, deixando de insistir nos aspectos tradicionalizantes que, frequentemente, desbalançam a empreitada épico-narrativa de Derek. Mais equilibrado em sua avaliação, mostra-se José Paulo Paes na resenha “Uma epopéia grega no Caribe” (Folha de S. Paulo, 19.02.1995). Embora simpático ao tradutor, José Paulo não deixa de observar que, em Omeros, ocorre um convívio desconfortável entre a “modernidade” da dicção e, por um lado, a “repetitividade das descrições paisagísticas”; por outro, as digressões que enfraquecem a “tensão dramática”. Em matéria de arrojo formal, outro poeta caribenho leva a palma a Walcott. Trata-se de Edward Kamau Brathwaite, de Barbados, que, em seus poemas, mescla o “creole” com o inglês normativo, recorrendo a soluções de poesia sonorista (onomatopéias) e de poética visual (exploração do espaço gráfico; gestualidade grafemática rítmica). Interessante comparar, desse ângulo de enfoque, o poema “Xangô”, de Brathwaite, com as “trans-criações” de “oriquis” do rito iorubá, levadas a efeito com agudo senso de linguagem por Antônio Risério Filho em Textos e Tribos (Poéticas Extraocidentais nos Trópicos Brasileiros), Imago: Rio de Janeiro, 1993 (reporto-me em particular ao “Oriqui de Xangô”, pp. 86-89 desse livro). Sobre Brathwaite, consultar ainda: Arthur W. Biddle, General Editor, Global Voices, A Blair Press Book / Prentice Hall, Englewood Cliffs: New Jersey, 1955; Emilio Jorge Rodríguez, “Oralidad y poesía”: el acriollamento da la lengua inglesa en el Caribe”, Ana Pizarro, Org., América Latina: Palavra, Literatura e Cultura, vol.3 (“Vanguarda e Modernidade”), Editora da UNICAMP / Fundação Memorial da América Latina: São Paulo, 1995; Review/Latin American Literature and Arts, n.50 (“English Caribbean Literature and Arts”) e 51 (“Barabajan Poems”, Kamau Brathwaite, resenha por Jason Weiss), America Society: New York, Spring 1955; Fall 1955.

planetário, plural e transcultural, expandindo no sentido pleno o conceito fecundo de Weltliteratur, tão caro a Goethe como ao goetheano Marx<sup>24</sup>.

Essa perspectiva não é apenas deste fim de século, embora ganhe nele o conteúdo blochiano de uma “utopia concreta” (ou passível de concretização no plano da realidade).

Entreviu-a, talvez, em pleno século XIII, o rei castelhano Don Alfonso X, El Sabio (1221-1284), que trovava em galaico-português (sob a influência de Provença, cuja língua d’oc dominava) e que auspicou a “Escola de Tradutores” de Toledo, onde o grego, o latim, o árabe e o hebraico permeavam-se num confraterno e seminal movimento translaticio<sup>25</sup>. Gostaria de invocá-lo como patrono, ao subscrever-me – poeta brasileiro e cidadão ecumênico da língua portuguesa – neste ano 95, no limiar de um terceiro milênio que auguro pentecostal e pós-babélico.

24 Marx/Engels, “Manifest der Kommunistischen Partei” (1848): “Die Geistigen Erzeugnisse der einzelnen Nationen werden Gemeingut. Die nationale Einseitigkeit und Beschränktheit wird mehr und mehr unmöglich, und aus den vielen nationalen und lokalen Literaturen bildet sich eine Weltliteratur.” (“Os produtos culturais das nações isoladas tornam-se patrimônio comum. O isolamento e a estreiteza locais tornam-se cada vez mais impossíveis, e a partir das várias literaturas nacionais e locais configura-se uma literatura universal.”); K. Marx/F. Engels, Euber Literatur, Reclam: Stuttgart, 1979.

25 Sobre Dom Alfonso, El Sabio, ver: Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa, organizado e coordenado por Giulia Lanciani e Giuseppe Tavani, Caminho: Lisboa, 1993; Willis Barnstone, The Poetics of Translation (History, Theory, Practice), Yale University Press: New Haven/London, 1993.

## DO NÃO SENTIDO E DO SEM SENTIDO

Eni Puccinelli Orlandi\*

"que o silêncio restitua uma temporalidade da palavra que não estamos mais podendo acolher". (E. Orlandi, 1993)

### Introdução

Do ponto de vista do trabalho com a linguagem, a posição fundamental, para mim, é a de que os sentidos são feitos de silêncio. Não há oposição entre silêncio e palavra mas *solidariedade*.

Silêncios do "a não dizer", silêncios do "não dizer", silêncios do "não-sentido". Daí poder dizer que as palavras são carregadas de silêncio, elas percorrem a espessura material significativa do silêncio, elas produzem silêncio.

Aqui me interessam particularmente os silêncios do não-sentido. E para melhor compreender esse silêncio vou fazer ainda uma distinção, a que existe entre o não-sentido e o sem-sentido, como veremos adiante. Sentido que se põe em silêncio. Sentido posto em silêncio.

Também a ideologia é motivo de minha reflexão. Considerando que há uma relação material entre ideologia e inconsciente, sendo a *língua* o lugar dessa relação, sustento uma posição que me permite compreender os seus efeitos, tendo como objeto específico de análise o *discurso*.

Vou assim situar três noções no desenvolvimento dessa reflexão: a de discurso, a de incompletude e a de interpretação. Elas devem-nos servir para deslocar o que se tem pensado de ideologia. Esse deslocamento visa sobretudo trabalhar a noção de ideologia não com categorias sociológicas mas de linguagem. Em uma palavra, com categoria discursivas, vendo aí os efeitos da relação entre os processos de constituição dos sentidos e dos sujeitos.

---

\* Depto. de lingüística IEL – Laboratório de Estudos Urbanos, Unicamp.

## A noção de discurso como noção fundadora

Pressupondo a ordem própria da língua, a análise de discurso vai trabalhar com a noção de discurso como “efeitos de sentidos entre locutores” (M. Pêcheux, 1969). Esse deslocamento em relação às dicotomias propostas desde Saussure, permite incluir o sujeito e a situação sem perder de vista o real da língua e o real da história. A linguagem, nessa perspectiva, não é transparente, sendo necessário considerar o processo de constituição do sujeito e a espessura material do sentido. Sentido e sujeito se constituem ao mesmo tempo: ao significar, o sujeito se significa. A particularidade dessa conjunção está em que os sentidos, por sua vez, não são conteúdos.

A linguagem não é transparente, os sentidos não são conteúdos e é no corpo a corpo com a linguagem, é não a atravessando para ficar nas evidências produzidas pela ideologia, que o sujeito trabalha seus processos de identificação, trabalha os “seus” sentidos, trabalha a sua memória, seu saber discursivo.

Aí intervem a situação de que falamos mais acima. Esta não refere aos contextos empíricos em que se dá a fala, mas à exterioridade do discurso, o interdiscurso, ou seja, a memória do dizer. A situação empírica imediata está determinada em sua significância, pelo interdiscurso, ou o que chamamos contexto histórico-ideológico discursivo. É em relação a essa memória, que os sentidos podem fazer sentido para o sujeito. Como essa memória se constitui pela relação que o sujeito vai estabelecendo ao longo de sua vida entre língua e historicidade, ou seja, pela maneira como nele a língua significa inscrevendo-se na história, no modo em que é afetado pela ideologia, ele não tem controle sobre seu funcionamento.

O interdiscurso, a memória discursiva, sustenta o dizer em uma estratificação de formulações já feitas mas esquecidas e que vão construindo uma história de sentidos. O saber discursivo, a memória do dizer sobre a qual não temos controle, compreende o que foi e é dito a respeito de um assunto qualquer, mas que, ao longo do uso, esquecemos que foi dito, por quem, em que circunstâncias e que fica como um já-dito sobre o qual nossos sentidos se constroem, dando-nos a impressão de saber do que estamos falando. Toda fala resulta assim de um efeito de sustentação no já-dito que funciona na medida em que as vozes que se poderiam identificar nas diferentes formulações se apagam e produzem o efeito de anonimato, de universalidade do sentido. Aí se forma a necessária ilusão de que o que eu digo, eu digo a partir de mim mesma. Esta é a condição – ideológica – de unidade e de subjetivação sem a qual o sujeito não é sujeito da linguagem da plena contradição do que é sê-lo: ser sujeito de e estar sujeito à. Este é um apagamento (diremos, como veremos mais adiante, silenciamento) necessário para que o sujeito se estabeleça um lugar possível, no movimento da identidade e dos sentidos: eles não retornam apenas, eles se projetam em outros sentidos.

A memória é, pois, constituída pelo esquecimento. Esse esquecimento que, se de um lado, permite ao sujeito o lugar de seu dizer possível, resulta também no que chamamos literalização do sentido, sua des-historicização, seu efeito de estabilização, efeito referencial de não interpretabilidade (em outros termos, interdição à interpretação), o sentido lá. Apaga-se para o sujeito o fato de que as palavras não têm naturalmente sentido, como se ele, escolhendo as palavras, escolhesse os sentidos.

Os sentidos chegaram, vão chegando e continuam a chegar em nós em diferentes dizeres. E isso nos afeta, pelo esquecimento, como se os sentidos que foram se constituindo, nesses percursos, em outros dizeres, em outras falas, fossem absolutamente transparentes para nós, não nos afetassem em suas historicidades. No entanto, esses sentidos, que nem sabemos de onde vêm, falam em nós, em nosso dizer. Simplesmente porque, para que nossas palavras tenham (um) sentido é preciso que já tenham sentido. Nossas palavras são socio-historicamente determinadas. Porém, como dissemos, temos a ilusão de que as palavras nascem em nós. A ideologia funciona de tal modo – em seu apagamento da materialidade da língua, na produção das evidências – que faz com que a memória não trabalhe, para que esteja sempre já lá um “conteúdo” bloqueando o percurso dos sentidos, seu movimento, sua historicidade, seus deslocamentos possíveis, sua deriva, seus efeitos metafóricos, conteúdo este que identifica o sujeito. Todo dizer, para fazer sentido, resulta de interpretação. No entanto, isso funciona como se não houvesse interpretação. Aí está mais uma das dimensões da ideologia: a injunção à interpretação e sua negação no momento mesmo em que ela se dá.

A anulação da memória a estabelece como conteúdo, a reduz a uma sucessão de fatos com sentidos (dados) quando na realidade o que se tem são fatos que reclamam sentidos (P. Henry, 1994). É este reclamar sentidos que permitiria a historicização, a inscrição do acontecimento (com sua estrutura) na história. Resulta daí que há repetição sem memória, acontecimento sem historicidade.

Em relação a memória e o dizer, separamos em análise de discurso dois eixos: o da verticalidade (memória, domínio da constituição do sentido) e o da horizontalidade (o da formulação). O eixo vertical determina o horizontal: o dizer-agora sempre está determinado pela historicidade do dizer. Correspondentemente, se tem a situação em sentido estrito (o outro, os interlocutores) e a situação em sentido amplo (a memória, a alteridade constitutiva, o Outro). Todo sentido se filia a uma rede de constituição. Todo discurso é, ou deveria ser, um deslocamento nessa rede. No entanto, embora na impressão de deslocamento, há a injunção à estabilização e à fixidez em relação à filiação de sentidos, o que resulta na maior parte das vezes no bloqueio da mudança, do movimento nos sentidos, pois a inscrição do sujeito no dizer, nesse caso, não atinge o processo de historicização do sentidos. A historicização representa jus-

tamente a possibilidade da “transferência” de sentidos, sua repercussão na memória constitutiva, espaço em que sempre é possível ao sentido vir a ser outro. Quando há censura, há bloqueio dessa relação fluida com o interdiscurso, e as formulações, em um processo de repetição sem memória, se estendem sobre outras, se expandem horizontalmente, tudo se passando no domínio da formulação, sem atingir o domínio da constituição. Produz-se a variedade (a serialização) e não a mudança, o deslocamento, a interpretação que transfere, o deslizamento de sentidos. Desse modo, o sentido não flui e o sujeito não se desloca pelo movimento dos sentidos. O sujeito não se constrói, então, um lugar para fazer sentido. Ele é pego pelos lugares já estabelecidos. A repetição aí não reverbera em sua memória, estaciona. É só repetição mnemônica (lembrança) ou repetição formal (técnica) e não repetição histórica (sujeita à incompletude e ao gesto de interpretação).

Esses lugares de fazer sentido, esses sítios significantes são, como estamos procurando mostrar, função da interpretação e da incompletude. Os sujeitos não são completos, há sempre o a-dizer. O efeito de evidência, de que estamos falando, a redução dos sentidos a conteúdos, que representam a saturação dos sentidos e dos sujeitos, são produzidos pelo efeito de deshistoricização. Correspondem a processos de identificação regidos pelo imaginário e esvaziados de sua historicidade. No entanto, há sempre o incompleto, o possível pela interpretação outra.

## Silêncio, Silêncios

Tenho proposto pensar o silêncio em suas formas. Destacam-se duas delas: a. O silêncio fundador e b. O silenciamento, ou a política do silêncio.

O silêncio fundador está em que todo sentido tem uma relação fundamental com o silêncio, sendo este a condição mesma para que haja sentido. Há um movimento entre o silêncio e as palavras que está na base da produção de qualquer sentido. Mais ainda, a relação com o sentido é antes de tudo relação com o silêncio. Iminência, o possível sentido, o vir a ser da linguagem, seu movimento e sua matéria primeira, o silêncio é sentido. Para o homem enquanto ser histórico (ideológico) e ser simbólico, este silêncio fundador é a marca de sua significância. O movimento do sentido, o desdobrar-se do sentido em sentido, indefinidamente, é função do silêncio fundador. Assim como também é esse silêncio que nos permite compreender o sujeito discursivo como errância, o sujeito itinerante. Porque o sentido não é um, o silêncio acolhe a experiência sensível da polaridade sujeito/sentido. O silêncio é contínuo e esse seu caráter permite ao sujeito se mover nas diferenças, percorrer sentidos.

O silenciamento é já instânciação política do significar: divisão entre o dizer e o não dizer, esse silêncio também tem suas formas.

Chamamos b.1. silêncio (silenciamento) constitutivo aquele que está na base do fato de que para dizer é preciso não dizer, ou seja, todo dizer traz em si um outro dizer, presente no primeiro por sua ausência necessária. Este é o apagamento que chamamos ideológico, é uma interdição ao nível da historicidade, ou seja, da constituição do sentido. As palavras já são sempre discursos na relação com os sentidos: para significar toda palavra tira seu sentido de formulações que se sedimentam historicamente. Toda palavra refere ao discurso no qual significa ou significou. Uma palavra por outra, que é o próprio do funcionamento discursivo, significa assim um discurso por outro. Isto é ideologia. Se essa é a condição de funcionamento da linguagem – não falamos só com nossas palavras, habitamos o equívoco necessário – a relação com o silêncio constitutivo é a relação com outros discursos inscritos nas palavras.

Chamamos b.2. silêncio (silenciamento) local, ou censura propriamente dita, aquele silêncio que resulta de uma interdição do nível da formulação do dizer. É o que se poderia dizer mas que está proibido. Nesse caso, onde há censura, há resistência, pois a interdição ao dizer atinge diretamente os processos de identificação do sujeito. Um sentido silenciado (censurado) em seu lugar próprio migra para outros objetos simbólicos. O sentido não pára, ele muda de caminho.

Temos trabalhado com todas essas diferentes formas de silêncio (E. Orlandi, 1993).

Neste presente estudo interessa-nos esta distinção – silêncio fundador/silenciamento – em relação à questão da deriva, dos efeitos metafóricos, dos processos de interpretação.

Qualquer dizer, como temos insistido, resulta de um gesto de interpretação (cf. E. Orlandi, 1994). Quando o gesto de interpretação – não esqueçamos que o gesto é um ato no domínio simbólico e que tem sua materialidade, sua espessura semântica – mexe com a memória, ele a desloca. Por seu lado, toda interpretação é antecedida por um silêncio grave de sentidos possíveis. Este momento, parte do ritmo entre dizer e não dizer, ao se inscrever no processo significativo, é decisivo na relação entre a repetição mnemônica, a técnica e a história (a que desloca). Por que é aí que o sentido pode ser outro.

## Não-Sentido e Sem-Sentido: o retorno do mesmo no diferente

Em meus trabalhos, tenho partido do princípio de que há dois processos que sustentam a linguagem: a paráfrase e a polissemia. Rela-

ção tensa entre o mesmo e o diferente, não há delimitação visível entre esses processos. Há, pois, uma relação tensa entre o que é estabilizado e o que é sujeito a equívoco. Há um trabalho da interpretação que desloca, há o trabalho da interpretação que fixa. Não se pode, de antemão, ou pelas marcas visíveis decidir em que lado se está.

Há, além disso, em todo sujeito o desejo de um mundo semanticamente normal, como diz M. Pêcheux, ao situar a dimensão pragmática do sujeito. Esse desejo faz com que haja um fechamento dos sentidos, ao nível pragmático. O contexto imediato, tal como é considerado na pragmática, serve para decidir sobre o sentido (conteúdos): o dizer da língua + o contexto = sentido em situação. Teoricamente, a crítica que fazemos à pragmática é que, por não trabalhar com a memória discursiva, ela não atravessa os efeitos imaginários. Em termos práticos, em relação ao sujeito pragmático (que tende para o fechamento do sentido) o que consideramos é que não é a partir dele ou de suas intenções que procuramos compreender os sentidos. O que nos interessa é como um objeto simbólico produz sentidos para o sujeito na relação que este estabelece com a linguagem.

Desse modo, embora seja essa a realidade pragmática do sujeito afetado pela ideologia (nesse caso, o fechamento), o que nos interessa é a relação necessária entre paráfrase e polissemia e o jogo de sentidos que aí se produz, entre estabilidade e equívoco.

É em relação a esse jogo que pensamos pode compreender a relação entre o não-sentido e o sem-sentido.

O não-sentido, tal como o estamos considerando, é da instância do interdiscurso, da relação com o Outro, domínio da memória em que há movimento possível do sujeito e dos sentidos. Esse movimento se dá a partir do momento de silêncio grave de possíveis, onde o não-sentido é disponibilidade e não vazio.

O sem-sentido deriva do efeito imaginário, o que produz a evidência, a estabilização na relação com o outro. Sem o silêncio que é disponibilidade, aflora o silenciamento, o apagamento da margem, do possível. O vazio, o sem-sentido é o imaginariamente saturado (conteúdo).

O que gostaria de mostrar aqui é que fazendo intervir a diferença entre silêncio fundador e silenciamento podemos compreender como funciona a identificação (ou redução) do não-sentido com o sem-sentido.

Assim como o sujeito não é a origem de si – o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia – o sentido não se engendra a si próprio mas se constitui no não-sentido. Nessa passagem é decisivo o silêncio fundador. Ele é lugar de indistinção, de desorganização, do contínuo e não discreto, do equívoco, do múltiplo.

Falando sobre feudalismo e capitalismo e referindo às mudanças da forma do político, M. Pêcheux (1990) dirá que é preciso “questionar *de onde vêm* os discursos revolucionários, como eles se constituem histori-

camente na sua relação com o inexistente, com a irrealidade e com o impossível”.

Considerando então as práticas ideológicas como rituais *com* falhas, reflete sobre o fato de que “uma palavra por outra” é uma definição (um pouco restritiva) da metáfora, mas é também um ponto em que um ritual chega a se romper no lapso e no ato falho. A partir dos pontos de resistência (não entender ou entender errado, falar quando se exige silêncio, mudar, desviar, alterar os sentidos das palavras, tomar os enunciados ao pé da letra, jogar com as palavras etc.) e de revolta, ele propõe que se comece a se “despedir do sentido que reproduz o discurso da dominação, de modo que o irrealizado advenha formando sentido do interior do não-sentido”. É através dessas transgressões que uma série heterogênea de efeitos individuais entra em ressonância e produz um *acontecimento histórico* rompendo o círculo da repetição, diz ainda Pêcheux. Pois bem, aí está o que referimos acima como afetar a memória, a repetição histórica etc.

No entanto, o que está pouco explorado em toda essa discussão é o que faz que, mesmo havendo resistência e revolta, não se garante o outro sentido, já que esse não resulta de um gesto da vontade. Ao contrário, é “porque há *o outro* nas sociedades e na história, correspondente a esse outro próprio ao linguajeiro discursivo que aí pode haver ligação, identificação ou transferência, isto é, existência de uma relação abrindo a possibilidade de interpretar. E é porque há essa ligação que as filiações históricas podem-se organizar em memórias, e as relações sociais em redes de significantes” (M. Pêcheux, 1990).

Pois bem, o que eu tenho procurado mostrar aqui é como, no mesmo lugar em que há o equívoco, o outro, a interpretação, há também o trabalho ideológico da estabilização do sentido, trabalho imaginário da contenção do movimento de sentidos e dos sujeitos.

Nesse caso, a partir da relação com um outro “x” (contexto imediato) se trabalha a relação com um outro “y”, determinado pela relação não visível com o Outro (interdiscurso). Sobrepõem-se assim sentidos constituídos em relações diferentes, apagando essa diferença. O que é silenciado aí é que o “outro” x não é o “outro” y. E isso resulta em um silenciamento mais profundo na relação com o interdiscurso: aparece como se se pudesse transportar (1) memória (saber discursivo), fazendo valer para y o sentido produzido em x. O resultado disso é que o y, apartado da memória que poderia lhe fazer sentido, fica sem-sentido e este, por uma necessidade vital do sujeito que é a de tudo interpretar, se preenche com o sentido lá, o sentido do já dito, enquanto mera repetição. Iden-

1 Temos distinguido em nossas análises os dois procedimentos: a transferência e o transporte de sentidos. Em um, a transferência, há trabalho dos sentidos e do sujeito, no outro, o transporte, há apenas sobreposição, colagem.

tificam-se assim esses processos, produzindo-se o sem-sentido no não-sentido. Essa sutura impossibilita o movimento do sujeito em seus processos de identificação. Funciona assim como uma censura. Pelo que estamos dizendo de silêncio e de sentido – há sentidos no silêncio e há silêncio nas palavras – podemos afirmar que o sem-sentido pode ser considerado como o silenciamento do não-sentido que, considerado em relação ao silêncio fundador (o irrealizado) poderia produzir o sentido outro.

Com efeito, é o reconhecimento do silêncio fundador que nos leva a dizer que, para que do não-sentido irrompa o sentido novo é preciso aceitar provisoriamente o não-sentido como tal, não se aderindo ao sentido (literal) aí posto, no caso, o sem-sentido. O que é preciso é, mantendo a relação com o não-sentido, expondo o sujeito a ele, produzir processos de transferência, de deriva, de deslizos de sentidos, propiciando a itinerância do sujeito que, como dissemos, só é possível na relação com o silêncio fundador. É, pois, necessário saber distinguir as diferentes formas de silêncio, a que é condição de movimento e do sentido possível e a que é silenciamento.

Como, pelo silenciamento, se iguala o não-sentido com o sem-sentido, pela desistorização, o efeito ideológico elementar é o de se sobrepor posições de diferentes sujeitos pelo efeito (social) da intercambiabilidade: os sujeitos ocupam as mesmas posições e, em relação a elas, os sentidos se equivalem. E aí se encontra o equívoco produzido pela articulação do social com a memória do sujeito, na instância da ideologia.

## Conclusão

Mas aqui atingimos um outro limiar: o que estabelece uma articulação entre o sujeito e sua dimensão social, a que costumamos chamar “autoria” e que implica sua visibilidade na forma que a sociedade determina: a de sua responsabilidade pelo que diz. A intercambiabilidade entre as posições do(s) sujeito(s) se sustenta em uma forma jurídica (direitos e deveres) e lhe confere um poder dizer que já é de outra ordem e que não trataremos aqui.

Ficamos pois nesse limiar.

E podemos terminar dizendo que linguagem e silêncio, quando se trata da significação, distinguem-se em suas materialidades significantes mas partilham certamente um mesmo campo de jogo: o da inconstância, da movência, da plasticidade, ainda que pareça um solo tão batido e seguro. É assim também que o que se diz da ideologia tem a mesma capacidade de jogo: tanto abre como fecha. Porque afinal, no mundo dos signos, tudo é sujeito à interpretação e aos seus limites.

## Bibliografia

- P. HENRY (1994) – “A História Existe?” in *Gestos de Leitura*, Ed. Unicamp, Campinas, org. Eni Puccinelli Orlandi.
- E.P. ORLANDI (1993) – *As Formas do Silêncio*, Ed. Unicamp, Campinas, Trad. francesa *Les Formes du Silence*, Eds. des Cendres, Paris, 1995.
- M. PÊCHEUX (1969) – *Analyse Authomatique du Discours*, Dunod, Paris.
- M. PÊCHEUX (1990) – *Discurso: Estrutura ou Acontecimento?* Ed. Pontes, Campinas, Trad. Eni Puccinelli Orlandi.

## O SENTIDO E O SIGNIFICADO NA INTERPRETAÇÃO DA MENSAGEM VERBAL\*

Juan E. Azcoaga\*\*

### Cratilo

A questão do conteúdo da mensagem e a interpretação de quem a recebe, remonta às preocupações iniciais sobre a linguagem.

Assim, no "Cratilo" Sócrates diz:

*"E Cratilo fala bem quando diz que há nomes que são naturais às coisas e que não é dado a todo mundo um artífice de nomes, e que só é competente aquele que sabe qual nome é naturalmente próprio a cada coisa..."* (p. 255)

Nesta circunstância Sócrates destaca que há um valor social que permite que todo mundo se entenda quando se usa um "nome". Entretanto ele recorda a seu interlocutor que a doutrina de Pitágoras, sobre o homem ser a medida de todas as coisas pode levar a que

*"... tais como me parecem os objetos, tais são para mim e que tais como são para ti, te parecem a ti? Ou melhor, crês que as coisas têm uma essência estável e imutável?"*. (p. 251)

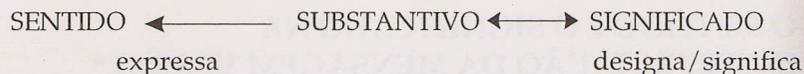
Esta última referência não só leva ao que cada um entende, mas à questão da verdade e da falsidade do enunciado, o que está contemplado na doutrina de Protágoras e leva também às questões da semântica bidimensional e tridimensional. Porém, antes de passar a este ponto será conveniente observar que todo o diálogo implica o que quer desenvolver Sócrates e o que compreende Hermógenes.

### A semântica bidimensional e a semântica tridimensional

Em sua época Frege assinalou que o "nome" expressa o "sentido", mas designa, ou significa, o "significado".

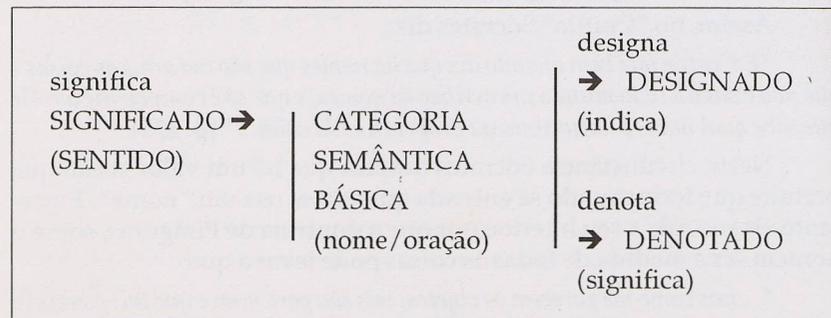
\* Este artigo foi traduzido do espanhol por Erika Maria Parlato e revisado por Wilson Guedelha.

\*\* Neurologista. Professor da Faculdade de Psicologia, Universidade de Buenos Aires. APINEP.



A novidade que Frege introduziu refere-se a que o "significado" contém o valor de verdade. O significado também é o denotado, o denominado, o objeto (Krause). Portanto, existem no significado, coisas diversas que convém serem discutidas brevementes, antes de passarmos a outros temas.

Como pode ser observado no esquema, o significado contém o sentido e depende de uma categoria semântica dada. Não só não é correto pensar que o significado (sentido) esteja unido exclusivamente à palavra, mas deve-se considerá-lo dotado de uma fluidez tal que seja atributo de palavras isoladas, de frases e de textos.



Por sua vez, a categoria semântica abrange, por um lado aquilo que designa e indica de maneira imediata, ao objeto, ao referente. Mas também denota, ou seja, significa, a classe dos objetos que incluem a esse objeto particular e a todos os outros que sejam afins porque compartilham traços de pertinência da classe. Isto implica em um acordo e esse acordo confere o valor de verdade ao emprego ocasional da categoria semântica usada.

Por hora não se faz necessário aprofundar mais o tratamento da verdade fática e da verdade lógica e temas afins (Sinowjiew y Wessel), senão ressaltar que o uso da linguagem põe em jogo uma decisão sobre esses temas.

### Sentido e significado na obra de Vigotsky

Vigotsky dedicou ao tema da relação entre significado e sentido o capítulo 7 de seu livro "Pensamento e Linguagem". Particularmente no

capítulo II, ele explica que o significado é assimilado inicialmente pela criança como parte da herança social da que faz parte a linguagem. Progressivamente, o "significado" vai qualificando-se à medida que a criança desenvolve-se, de tal forma que não pode deixar de ser algo estritamente individual, além de ser social. Neste ponto, me parece indispensável convidar o leitor a consultar diretamente a fonte citada, pois comentá-la representa, de certo modo, mutilar o pensamento de Vigotsky.

Luria, por sua vez, entre muitas outras páginas dedicadas ao tema, abordou em sua terceira conferência do curso que lecionava na Faculdade de Psicologia da Universidade de Moscou, a relação entre significado e sentido.

*"Por significado entendemos o sistema de relações que é formado objetivamente no processo histórico e que está contido na palavra"* (p. 49)

Quanto ao sentido, Luria deu a seguinte explicação:

*"Por sentido, diferente do significado, entendemos o significado individual da palavra separado deste sistema objetivo de relações; está composto por aqueles enlaces que têm relações como momento dado e a situação dada"*. (p. 49)

Outros eminentes psicólogos da Escola de Moscou deram maior consideração ainda a esta distinção, entre eles Leontiev. Entretanto, não me estenderei mais sobre este ponto já que o propósito é avançar sobre o tema da interpretação da mensagem.

A partir do que foi comentado pode-se ressaltar diferenças entre as acepções de "sentido", entre o uso que faz a lógica e os outros eminentes psicólogos. Em todo caso, a relação entre "denotação" e "conotação" que se faz na lingüística tem afinidade com a que estou comentando. Não obstante, a conotação representa um matiz especial que é o significado, – não todos, mas sim alguns –, pode manter-se para um sujeito, para um grupo e ainda para uma comunidade falante de certo idioma.

Entretanto, se repararmos na natureza do "denotado" da semântica tridimensional e na composição, tanto o significado como o sentido, na maneira dos psicólogos soviéticos, tem um aspecto que desejo destacar.

Para que o designado pertença ao denotado (e seja, portanto, verdadeiro), é indispensável que contenha os traços que permitem sua inclusão na classe. Por sua parte, sentido e significado estão constituídos por traços já que são eles que vão diferenciando-se à medida que a criança desenvolve-se (cada vez "compreende" mais e melhor) e são eles que formam "o sistema de relações" contido na palavra.

### Como se fazem notórios os traços?

Tal como foi exposto na obra de Pottier, os traços aparecem no ato da comunicação verbal. Nessa situação, necessariamente objetiva, o fa-

lante emprega tal ou qual palavra com um "conteúdo" ajustado ao que quer dizer. Pottier, – e com ele Bouton –, denominou esses traços que se atualizam de "semas".

Cada significado que se atualiza no evento da comunicação pode pertencer uma dessas três categorias:

- é **específico** se o vocábulo não pode ser substituído sem que se desvirtue a mensagem;
- é **genérico** se a palavra pode ser substituída por uma que compartilhe o conteúdo significativo ao ponto de que não se altere a mensagem;
- é **virtual** se depende de uma palavra que o contém muito casualmente.

Os semas dependem de trajetórias de circulação da informação nos correspondentes neurônios, às quais temos denominado neurosemas (Azcoaga, 1979).

Posto que esta informação está contida na memória, cabe discutir como está organizada.

## Memória semântica

A denominação foi proposta por Tulving e distingue este tipo de memória de outro, ao que denominou memória episódica. As diferentes categorizações que se têm feito da memória semântica incluem os atributos que são próprios da linguagem: raciocínio, hierarquização, classificação, etc.

Mas, sem dúvida, a memória semântica participa de todos os atributos da memória, tomada como conjunto. Os autores perguntaram-se acerca do modo de organização da memória em geral. Originariamente propuseram-se diferentes modelos reticulares (Anderson, Quillan, in Collins e Loftus), os que se confrontaram com os modelos de traços (Smith e cols.). Logo se viu que não só não há incompatibilidade entre eles, mas que, ao contrário apoiam-se reciprocamente (Krause).

Por nossa parte, estamos postulando desde 1992 um modelo reticular que consideramos que satisfaça as demandas da seleção semântica.

Trata-se de uma rede (gráfico) de 15 nós que é uma idealização da rede semântica. O modelo está definido assim:

- Está constituído pelo conjunto de neurônios que processam informação semântica.
- Cada um de seus nós traz um neurosema.

- As probabilidades de ativação de seus arcos são diversas, mas oscilante.
- A entrada é uma transcodificação de qualquer tipo de informação semântica.
- A saída é única e se chama "seleção semântica". (Fig. 1 e 2)

A organização da rede resulta de um processo de aprendizagem, no qual o falante (ao redor dos 8 meses de idade) reconhece uma determinada palavra, ligada às suas necessidades e por isso, ao objeto que a satisfaz (Aizpún). O começo da aprendizagem do código semântico (o começo da aprendizagem da compreensão da linguagem) é sensorio perceptivo e se realiza do mesmo modo que qualquer outro processo de aprendizagem: a informação resulta organizada em padrões da memória de longa duração que, em seu momento, denominamos estereótipos verbais (Azcoaga, 1979).

Estes estereótipos estão na criança, em processo de organização crescente. Em nosso modelo proporemos que cada traço "se aloja" em um nó e portanto, a informação correspondente, circula por um arco que une esse nó com outro. A teoria de traços nos diz que para um léxico de umas 2000 palavras (ao redor de 5 anos) basta uma rede de 8 nós, pois ela pode dar lugar a 3560 saídas da rede. Para um vocabulário de umas 50 palavras, (ao redor de 2 anos), a rede é constituída por 4 ou 5 nós (o gráfico de 5 nós permite 200 saídas).

80 000 são os significados que operam um jovem

Dentro de uma rede de 15 nós, tem 259 459 200 percorridos através de 7 nós e 32 432 400 percorridos por 8 nós.

As alternativas binárias para 8 nós são  $2^8 = 256$

Isto implicaria em que a organização de um significado em 256 operações binárias de 8 traços tenderia a 32 400 formas possíveis.

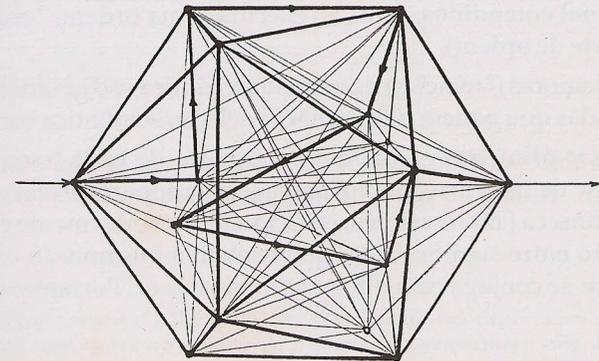


Figura 1

Representação idealizada do gráfico semântico de 15 nós (GS-15). Cada nó contém um traço. Os nós periféricos são entradas para diferentes tipos de informação (sensorioperceptiva, emocional, motivacional, prática, gnósica, fonológica, etc.) Os nós internos produzem o significado progressivamente, em um gráfico arborescente no interior de GS-15. A hierarquia dos nós não é uniforme. Alguns deles são hierarquicamente determinantes e se correspondem com os primitivos semânticos (Melchuk). A circulação está dada por facilitações sinápticas e bloqueada por inibições sinápticas. Cada um destes estados se alcança em um nível oscilante, já que a progressão da informação no tecido nervoso é provável.

A rede tem uma só saída: a seleção semântica.

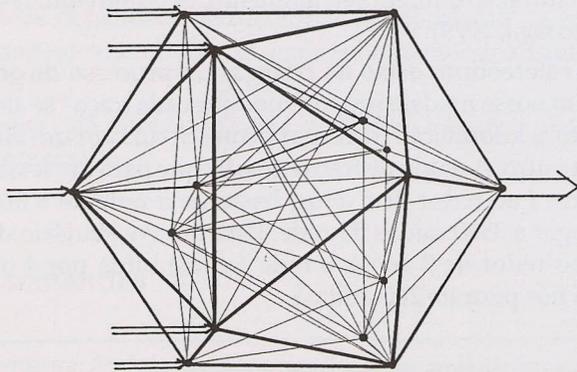


Figura 2

Trajetória hipotética no interior de GS-15. A trajetória resulta das opções possíveis em cada nó. As mudanças na probabilidade de caminho na "barreira sináptica" dão como resultado mudanças na seleção semântica ("lapsos de linguagem", parafasias) seja na decodificação semântica (mal entendidos, erros ao executar uma ordem, "esquecimentos" de parte de ordem).

As demoras (latências) na seleção semântica são geradas por trajetórias erradas que podem dar, ou não, a seleção semântica correta.

Nessas primeiras etapas a configuração de cada traço se obtém pela síntese de informação extrínseca (sensorioperceptiva) com informação intrínseca (motivacional, emocional). Posteriormente é a própria interrelação entre significados a que contém a informação extrínseca<sup>1</sup>, que sempre se conjuga com informação intrínseca. Portanto, nesse pro-

1 Ao redor dos 3 anos na "idade dos porquês", a criança pode perguntar, mais ou menos assim: "Papai, o que quer dizer x?"

cesso crescente, o significado vai se constituindo com a informação extrínseca, e constitui a denotação. Nesse mesmo processo, essa informação extrínseca segue sintetizando-se com informação intrínseca e portanto, cada "significado" tem um aspecto pessoal, obrigatoriamente. Disso resulta que, como se recorda na citação de Luria, cada significado é individual e está ligado à situação dada, no momento dado, que para o sujeito tem uma consistência seletivamente própria.

Nas coordenadas neurolinguísticas do adulto, que coincidem bastante com as da gramática gerativa transformacional, o ponto de partida da mensagem verbal, é a intenção do falante, que se origina na zona pré-motora. Esse conjunto de informação, ao qual denominamos motivação, inicia um processo de organização na rede semântica, que começa em um nó, provavelmente, com as características dos primitivos semânticos (Melchuk) e progride, talvez, a oito ou mais nós. O passo por cada um deles tem lugar por facilitação sináptica e ocorre quando a probabilidade foi aumentada como para atravessar a barreira sináptica<sup>2</sup>.

Em um processo contínuo, o programa semântico vai emergindo da rede semântica e alcança o nível de codificação sintático-morfológico-fonológico, com o qual o sujeito produz a mensagem que se havia proposto.

Por outro lado, o interlocutor tem o mesmo tipo de organização de sua rede semântica, com as características individuais, determinadas pelo correspondente processo de aprendizagem. Quando recebe a mensagem, geralmente através da audição (poderia ser também através do código gráfico), a informação se oferece como memória de curta duração, como memória de trabalho, e ingressa a rede semântica. Ali, os traços próprios da mensagem que ingressa, coincidem com os correspondentes da rede receptora. Mas as relações de traços, assim como as probabilidades de facilitação e inibição sinápticas, são diferentes, precisamente porque se organizaram de maneira individual. Disso resulta que a circulação da informação não pode ser nunca coincidente, pois as conexões entre traços são diferentes na rede emissora e na rede receptora.

## A interpretação

De acordo com as condições precedentes podemos fazer uma revisão das eventuais contingências que, ao juízo do falante, distorçam o

2 "Facilitação sináptica", "barreira sináptica" e outras expressões semelhantes devem ser entendidas no sentido de conjunto de neurônios e não de neurônios isolados, já que não existe nenhum dado ainda que permita afirmar que os traços dependam de neurônios. Ao contrário devemos pensar que cada nó, gerador de um traço pode ser um conjunto neuronal.

conteúdo da mensagem. Para isso tem que partir do conceito "puro" de mensagem. Um conceito que é isomorfo com o de memória semântica do ouvinte. Esse conceito é o significado, – da palavra, da frase, do texto –, constituído no seu entender pelo conjunto dos traços, que incorporados a partir do âmbito social, são patrimônio comum de ambos.

Mas, ao redor desse conjunto há vários "entornos" (para adotar o vocabulário computacional) ou vários "contextos", nos termos da lingüística.

O primeiro deles é a relação do significado com o sentido na memória semântica do ouvinte. O processo de decodificação da mensagem, não só identificam os traços do significado, mas também ativam os traços do sentido na memória semântica do ouvinte. Isto explica um processo analítico-sintético (atividade combinatória no sentido pavloviano), no qual se incluem os traços, tanto do significado como do sentido, mas que sempre implicam uma distorção do que se supõe que deveria ser a imagem especular do dito pelo falante na compreensão do ouvinte.

Por sua vez, a atividade combinatória está regulada pelos sistemas "rígidos" do cérebro (Bejttereva). A influência dos processos atencionais (sistemas retículo-cortical, tálamo-cortical específico, tálamo-cortical difuso e outros) sobre a atividade de análise e síntese, pode determinar uma maior precisão na decodificação da mensagem ou, pelo contrário, entorpecer a atividade combinatória, com o que a mensagem é insuficientemente decodificada. Opera também no circuito límbico-cortical que introduz uma variável importante no "tom" psíquico com o qual o ouvinte decodifica a mensagem. Quaisquer destas influências dos sistemas cerebrais rígidos deve ser considerada como um aporte da informação intrínseca do cérebro, mas também como um aporte modificador da informação semântica "pura" contida no significado.

Logo, é preciso considerar a relação entre estrutura profunda e estrutura superficial. A primeira está constituída pelo conjunto de traços selecionados pelo falante. Disso resulta a necessidade da representação redundante (Melchuk) na estrutura profunda, já que a correspondente estrutura superficial se dispõe em uma peculiar organização sintática-morfológica-fonológica. Essa eleição "instrumental" da estrutura portadora da informação semântica, afeta o trabalho de decodificação do ouvinte: pode dificultá-la, ou pode levar a uma aproximação possível do isomorfismo que se deseja no ato comunicativo.

No processo de eleição da estrutura de superfície há complexas instâncias de transcodificação semântico-fonológica que se realizam mediante mudanças, todavia desconhecidas, na informação sustentada pelo código neural. Brevemente, pode-se considerar que há um "programa semântico" que gera o correspondente programa fonológico, mas esse trânsito está regido por modificações dos trajetos de ondas dos conjuntos de neurônios envolvidos.

O ato comunicativo termina em um contexto lingüístico. Esse contexto não está cofigurado só pelo que se diz e como se diz, mas também pelo que já se disse e pelo que ambos antecipam acerca do que se dirá. É um contexto predominantemente, mas não exclusivamente semântico, pois intervêm aspectos fonológicos, especialmente supra-segmentais (prosódia, volume de voz, etc.).

O intercâmbio é acompanhado da participação dos códigos dos que decidirão se decodificam-se separadamente. Em todo caso afetam o processo de decodificação da mensagem. Trata-se do código mímico, realizado pelos músculos faciais e do código gestual, baseado especialmente nos movimentos dos braços e das mãos.

Resta entretanto o contexto de situação que se refere às circunstâncias externas aos dois protagonistas. As coisas materiais que os rodeiam e as variáveis de tempo nas quais tem lugar a mensagem, constituem também fatores que distorcem e que podem chegar a incidir pouco ou muito na compatibilidade da mensagem.

## Conclusões

O ato comunicativo verbal está constituído pelo conjunto dos traços significativos (significado) que pertencem ao patrimônio social dos falantes.

Entretanto, esse par de conjuntos isomorfos de traços resulta distorcido pois ambos estão incluídos, em redes constituídas com o suporte de informação intrínseca de modo independente em cada sujeito.

O processo de decodificação da mensagem se dá pela atividade combinatória da rede, que está regulada pelos sistemas rígidos do cérebro. Esta regulação beneficia ou prejudica a decodificação da mensagem.

Por sua vez, os sucessivos entornos concêntricos da mensagem verbal, contribuem para incrementar a distorção. Eles são, a forma gramatical elegida para a estrutura de superfície da mensagem; o suporte dos códigos gestual e mímico; o contexto lingüístico e o contexto de situação.

A conseqüência de todos estes agentes é a ambigüidade da linguagem.

## Bibliografia

- AIZPÚN, A.M. – "Aprendizaje del código semántico en el niño", in *Fonoaudiológica*, 1991, 37(3): 84 y 1992, 38(1): 5.

- ANDERSON, J.R. – *Language, Memory and Thought*. Hillsdale, 1976.
- AZCOAGA, J.E. – *Del Lenguaje al Pensamiento Verbal*. Buenos Aires, Ed. El Ateneo, 1979.
- \_\_\_\_\_. – “Aspectos epistemológicos del lenguaje interno”, in *Psicología y Nuevos Tiempos* (F. Berdichevsky y otros). Buenos Aires, Editorial Catargo, 1988. p. 219-238.
- \_\_\_\_\_. – “La red semántica”, in *Cerebro y Lenguaje Siglo XXI* (Actas de las terceras Jornadas Nacionales de APINEP, Buenos Aires, 1992).
- \_\_\_\_\_. – “Identidad de la información semántica”, in *Revista Latina de Pensamiento y Lenguaje*, 1993, 1(2): 125-32.
- \_\_\_\_\_. – “Información semántica. Lenguaje interno. Pensamiento”, in *Acta Psiquiátrica y Psicológica de América Latina*, 1993, 39 (2): 107-16.
- BĚLJTEREVA, N.P. – *El Cerebro Humano sano y Enfermo*. Buenos Aires, Editorial Paidós, 1984.
- BOUTON – *La signification: contribution a une linguistique de la parole*. Paris, Klincksieck, 1977.
- COLLINS, A.M. and LOFTUS, E.F. – “A spreading activation theory of semantic processing”, in *Psychological Review*, 1975, 82:407.
- FREGÉ, G. – “Über Sinn und Bedeutung”, in *Zeitschrift für Philosophie und Philosophische Kritik*, 1892, 100:25-50.
- KRAUSE, B. – “Zur Analyse der Informationsverarbeitung in Kognitiven Prozessen”, in *Zeitschrift für Psychologie*, 1981, Suppl. 2.
- LURIA, A.R. – *Conciencia y Lenguaje*, Madrid, Pablo del Rio, 1979.
- MEL'CUK, L.A. – “Semantic primitives from the viewpoint of the meaning-text linguistic theory”, *Quaderni di Semantica*, 1989, 10(1): 65-102.
- PLATÓN. – *Dialogos*, México, Editorial Porrúa, 1976.
- POTTIER, B. – *Grammaire de l'Espagnol*. Paris, PUF, 1969.
- \_\_\_\_\_. – *Linguistique Generale*. Paris, Klincksieck, 1974.
- TULVING, E. – “Episodic and semantic memory”, in *Organization of Memory* (E. Tulving and E. Donaldson, comps.), New York, Academic Press, 1972.
- \_\_\_\_\_. – *Elements of Episodic Memory*. Oxford, Oxford University Press, 1983.
- \_\_\_\_\_. – “Memory and Consciousness”, in *Canadian Psychology*, 1985, 26:1.
- SINOWJEW, A. and WESSEL, H. – *Logische Sprachregeln*. Berlin, VEB Deutscher Verlag, 1973.
- SMITH, E.E., RIPS, L.J. and SHOBEN, E.J. – “Semantic Memory and Psychological Semantics”, en *The Psychology of Learning and Motivation* (G. H. Bower, comp.). New York, 1974.
- VIGOTSKY, L.S. – “Pensamiento y Lenguaje”, en *Obras Escogidas*, Madrid, Editorial Visor, 1994.

## O QUE QUEREM DIZER E PARA ONDE CONDUZEM OS SIGNOS LINGÜÍSTICOS: UMA INVESTIGAÇÃO ACERCA DOS INTERPRETANTES LINGÜÍSTICOS\*

Lauro Frederico Barbosa da Silveira\*\*

O estudo semiótico dos signos lingüísticos, caso tal estudo se inspire na teoria proposta por Charles S. Peirce (1839-1914), deverá levar em consideração as relações do signo com a conduta por ele determinada.

Considerações desta natureza implicam em que se defina o modo pelo qual o signo designa seu objeto, ou a ele se refira, possibilitando a uma conduta racional vir, no futuro, a alcançar aquele objeto. Implicam, igualmente, que se explicitem as modificações que o signo provoca na conduta sob a forma de uma mera disposição, de um ato, ou de um hábito atualizável no futuro.

Designar o objeto, ou a ele se referir, possibilitando o seu acesso a uma conduta racional a fim de poder representá-lo, é o que a teoria semiótica peirceana entenderia por *significar* (em inglês, *to mean*); o *significado* (*the meaning*) sendo esta forma lógica potencial de representação. As outras formas mais avançadas de determinação da conduta – a atual e a habitual –, por sua vez, supõem o significado, fazendo contudo crescer a função representativa do signo.

Tentar compreender semioticamente a natureza e as funções do signo lingüístico, ao se adotar um ponto de vista peirceano, requer o esforço de explicitar-lhe estas múltiplas relações nos diversos níveis implicados em sua formação. A estas relações, a Semiótica proposta por Peirce denomina, relações de *interpretante*.

Perguntar, pois, “o que querem dizer e para onde conduzem os signos lingüísticos” corresponde, na Semiótica da inspiração peirceana, a investigar o estatuto próprio dos interpretantes lingüísticos.

\* Comunicação apresentada no XI Encontro Nacional da Associação Nacional das Pós-graduações em Língua e Literatura (Anpoll), João Pessoa, Pb., de 2 a 6 de junho de 1996. Registram-se aqui os agradecimentos do autor à professora Rosana Maria Figueiredo que mui gentilmente procedeu à sua leitura no referido evento e encaminhou a discussão junto ao auditório.

\*\* Departamento de Filosofia UNESP - Marília - SP.

O interpretante de um signo é um signo que exerce, contudo, uma dupla função: ele representa o mesmo objeto que o signo que o determina, ao mesmo tempo em que representa a relação daquele signo para com o objeto. Ao primeiro signo, Peirce denomina *representamen* do objeto.

Preservando-se a mesma relação para com o objeto tanto do *representamen*, quanto do interpretante, sustenta-se o caráter evolutivo e processual da *semiose*: mantida a mesma atração exercida pelo objeto sobre a conduta, e sendo esta atração a razão exigida para que se efetive a representação e, conseqüentemente, a produção de signos, esta última assume um caráter temporalmente contínuo e progressivo, dando lugar a signos interpretantes cada vez mais aperfeiçoados. Estes asseguram à conduta o caminho para que, com a maior probabilidade de êxito, alcance, no futuro, o objeto.

O signo como *representamen* possibilita à conduta manter com o objeto uma relação intencional. Devido a qualidades que o signo possui em comum com o objeto, será ele capaz de colocar-se no lugar daquele objeto e de permitir que se interiorize numa mente, sob forma intencional, a representação daquilo mesmo que é por ela procurado. Isto o signo o fará, simplesmente por guardar alguma semelhança com o objeto, por reagir existencialmente com ele, ou por a ele estar relacionado através de uma lei geral. Neste último caso; a relação, freqüentemente, fundamenta-se numa convenção.

Tornar presente o objeto na interioridade da mente, todavia, não se limita ao estabelecimento de uma correspondência binária entre um *significante*, concebido como imagem sensível, e um *significado*, como imagem mental. Trata-se da criação de condições para que se determine, cada vez mais explícita e interiorizadamente, um programa de conduta a ser seguido para o encontro desta mente com o objeto. Os interpretantes do signo compõem este programa.

Da natureza do *representamen* decorrerá, em última análise, o grau de generalização das relações da conduta para com o objeto. Tanto mais gerais serão estas relações quanto mais geral for o signo que, sendo capaz de ficar no lugar do objeto, ou substituí-lo, puder representá-lo menos dependentemente das circunstâncias particulares em que esta substituição tiver lugar.

A conduta, dispondo de um signo que represente com maior generalidade seu objeto, poderá dispor de um programa capaz de se estender mais amplamente ao longo do tempo e de projetar num horizonte infinito e livre de qualquer restrição decorrente de uma finitude temporal, a garantia de alcançar futuramente o objeto e realizar seu propósito.

Também, quanto mais gerais forem as relações mantidas pelo signo para constituir-se como *representamen* e as relações de interpretante, através das quais determina-se a conduta, mais acessível será o signo à comunidade daqueles que procuram o objeto como a um fim.

Os signos efetivamente gerais são capazes de determinar interpretantes gerais que, de imediato, permitem que uma classe geral de objetos seja alcançada num futuro infinito, pela conduta de uma mente racional. Este interpretante será denominado *Interpretante Pretendido* (*Intended Interpretant*, no original) e a ele corresponderá, propriamente, o *significado* (*the meaning*) de um signo. Somente uma classe de signos dotada de um tão alto grau de generalidade, estaria apta a determinar significados. Na classificação dos signos com que, neste momento, se irá trabalhar, somente aos *Símbolos*, caberia, adequadamente, atribuir-se significado. (Cf. Peirce (1974). v.2. ##249,252-53,262-63; v.5 ##175-79).

O signo lingüístico constitui-se numa classe de signos gerais e convencionais, estando apto a determinar semioses de dimensões infinitas. Não conhece limites em sua própria produção, sendo possível fazer crescer indefinidamente e sem repetição o repertório a que pertence; pode representar classes extensionais ilimitadas de objetos de qualquer natureza; sendo-lhe possível produzir séries potencialmente infinitas de outros signos que com ele compartilham da mesma natureza e que, por sua vez, serão capazes de explicitar e desenvolver, cada vez melhor, a representação que fizer do objeto para a conduta por ele determinada.

Aplica-se, pois, plenamente ao signo lingüístico o que de mais amplo e desenvolvido se encontra explicitado na Semiótica peirceana.

Certamente, não é no reconhecimento do caráter geral do signo lingüístico, que as diversas teorias que o representam mais divergem entre si. Dimensionar o signo essencialmente em função da conduta a ser determinada e, portanto, conferir-lhe um caráter temporal e evolucionário, já é, no entanto, uma postura assumida pela Semiótica da inspiração peirceana dificilmente compartilhada por outras teorias. Este dimensionamento implica em que não se faça a abstração recomendada pela lingüística saussureana entre *língua e fala* (*langue e parole*), mas que nunca se deixe de lado a inserção do signo na praxis em que este se efetiva.

Adotando-se, contudo, a Semiótica no sentido originário com que foi proposta por Peirce, esta atenção com a praxis não faz com que ela assumira um ponto de vista psicológico para investigar seu objeto. Houve, com efeito, quem preferisse, como Charles Morris (Cf. Silveira (1993) p.64 n.4), transferir para a esfera psicológica do comportamento humano, os próprios fundamentos daquela ciência.

Para Peirce e para aqueles que pretendem não limitar o poder explicativo da Semiótica a uma classe especial de semiose, mesmo que esta seja a semiose humana, os fundamentos desta ciência devem ser estritamente gerais e apresentar, conseqüentemente, um caráter logico-filosófico.

A praxis na qual se insere o signo, seja ele lingüístico ou não, localizar-se-á originariamente na esfera abstrata da conduta racional toma-

da em sua generalidade, sem que ainda aí se faça intervir a especificidade própria de qualquer classe especial de inteligência. À luz da Semiótica de tradição peirceana, o estudo do signo lingüístico será compreendido como uma verificação indutiva da capacidade explicativa da teoria logico-filosófica diante de uma classe exemplar e especial de semiose, como praxis racional.

A inseparabilidade na praxis lingüística, da dimensão genuinamente geral – espiritual, diria Peirce – e da dimensão sensível e particular de seus signos é uma realização especial de um dos aspectos característicos da classe dos fenômenos semióticos.

A Semiótica de inspiração peirceana procura oferecer uma explicação adequada para uma tal inseparabilidade.

A determinação da conduta se fará, necessariamente, através de interpretantes que atuam nestes dois planos. O signo lingüístico deverá, de tal modo, apresentar-se à inteligência que, diante de uma certa modificação produzida ao nível perceptivo, propicie a atualização de uma idéia representativa de uma determinada relação da conduta para com o objeto.

Estas relações podem variar quanto à natureza ou quanto ao grau, no interior de um gênero. Um signo pode, por exemplo, indicar com maior ou menor ênfase, a existência de seu objeto ou evocá-lo por uma maior ou menor semelhança mantida para com ele. Os signos lingüísticos exercem funções distintas e freqüentemente complementares na determinação da conduta, funções que, não raro, se subordinam umas às outras formando signos de vários níveis de complexidade. Considerada uma mesma função determinante da conduta, haverá a possibilidade de que varie sua significância, devido ao grau de importância relativa de sua atuação, no interior de um processo semiótico.

Os recursos de que dispõe a Semiótica de inspiração peirceana para proceder a este estudo do signo lingüístico decorrem das concepções de signo e de semiose por ela adotadas, assim como do quadro categorial de que dispõe para ordenar seus conceitos na representação da realidade.

A concepção de signo adotada, como nesta altura do texto já é possível perceber, é a de uma estrutura triádica de relações que, nas palavras contidas em um dos inúmeros textos de Peirce que a apresentam, pode ser assim enunciada:

*“Um signo ou representamen, é alguma coisa que, para alguém, fica no lugar de uma outra – ou, substitui a uma outra – sob algum aspecto ou capacidade. Dirige-se a alguém, isto é, cria na mente daquela pessoa um signo equivalente, ou talvez um signo mais desenvolvido. Ao signo que ela cria, denomino o interpretante do primeiro signo. O signo fica no lugar de alguma coisa – ou, substitui uma coisa – seu objeto. Ele fica no lugar do objeto – ou substitui o*

*objeto – não sob todos os aspectos, mas com referência a uma espécie de idéia, à qual algumas vezes denominei o fundamento do representamen.”* (Peirce (1974), v.3, #228).

O signo enquanto representamen, é caracterizado por poder colocar-se no lugar de um outro, ou substituir a um outro, denominado seu objeto e determinar um outro signo que, equivalentemente a ele, ficará no lugar do objeto, ou substituirá ao objeto, agora, com a capacidade de explicitar o fundamento daquela substituição. Esta última capacidade decorre do fato do o signo como interpretante, ser o produto da substituição do objeto por aquele signo, que exerce a função de representamen.

O interpretante substitui ao objeto, não somente devido a sua capacidade representativa que o permitiria realizar a função de representamen, mas devido à determinação sobre ele exercida por parte do representamen, substituto original do objeto. O interpretante, com efeito, procede a uma dupla substituição: a do objeto e a da relação do representamen para como objeto. Neste sentido, ele não só representa o objeto por uma mera substituição, mas o faz explicitando e interpretando a razão pela qual a realiza. Deste modo, a relação semiótica se perfaz numa dimensão reflexiva geradora de consciência.

O signo como representamen, por sua vez, confundir-se-ia pura e simplesmente com o objeto, se nenhuma distinção houvesse entre ambos. Neste caso, não haveria sequer objeto como algo que se apresenta a uma mente, mas somente fatos brutos e ausência de pensamento, se por este último for entendido qualquer processo, por mais incipiente que seja, de representação.

Decorre de qualidades que o signo apresenta em comum com alguma outra coisa, sua capacidade de relacionar-se com um outro e de assumi-lo como *objeto*, enquanto algo que a ele faz face.

Um caso extremo a ser considerado, seria aquele em que o representamen teria em comum com o objeto, todas as qualidades que lhe são próprias. Em tal caso, ele só poderia ser considerado signo de si mesmo se a relação de identidade fosse de algum modo modelizada.

Para ter a si mesmo como objeto, o signo deveria guardar para consigo, por exemplo, alguma distinção temporal, como no caso em que algo presente representa-se a si mesmo como algo passado. Poderia, também, representar-se a si mesmo, fundamentando-se na estrita semelhança de suas qualidades, considerando-se que a mera semelhança não implica qualquer distinção existencial, sequer aquela estabelecida pelo princípio de individuação. Neste caso, ter-se-ia a mais tênue relação de *significação* possível, ao se entender por relação de *significação*, aquela que, segundo a terminologia peirceana, um signo mantém para com o seu objeto. Em último lugar, o signo teria a si mesmo como objeto, caso fosse em si mesmo, uma representação geral e tivesse por objeto a classe a que pertence, ou um exemplar daquela classe.

As qualidades pelas quais o signo, como representamen, é capaz de substituir o objeto, são aquelas por cujo meio algo torna-se um signo, e pode ser pensado como tal. Essas qualidades constituiriam, para Peirce, o fundamento (*ground*, no original) do representamen.

O quadro categorial adotado pela filosofia de Peirce e que lhe serve do mais fundamental arcabouço teórico, colaborará de modo decisivo com a noção de signo aqui apresentada para que se esclareça o estatuto semiótico do signo lingüístico. Nas questões relacionadas ao interpretantes lingüísticos agora pesquisadas, o valor desta colaboração deverá ficar patente.

Peirce, depois de longos anos de investigação, constituiu um quadro categorial que lhe permitisse representar, através de componentes elementares logicamente articuláveis, todos os fenômenos que povoam o universo da experiência.

Três modos de ser parecem, através de sua infinita articulação, poder descrever qualquer fenômeno do universo da experiência. Denominando-os *primeiridade* (*firstness*), *secundidade* (*secondness*) e *terceiridade* (*thirdness*), Peirce por eles entendia, respectivamente, os elementos de potencialidade positiva, talidade (*Suchness*, no original, como significando a qualidade de ser "tal") ou possibilidade; existência, alteridade (como qualidade de ser outro), isteidade (*thisness*, no original, como significando a qualidade de ser "isto") ou faturalidade e, finalmente, lei ou generalidade.

Estes três elementos mantêm entre si relações de implicação, de modo que a *terceiridade*, como elemento de lei ou generalidade, corresponde dentre as três, a uma idéia de maior complexidade e implica a de *secundidade*, como elemento de existência, alteridade ou faturalidade. Tanto a idéia de *terceiridade* quanto a de *secundidade* implicam a idéia de *primeiridade*, como aquela de potencialidade, que de todas é a idéia de menor complexidade.

Com efeito, percebe-se facilmente que nada existe se não puder existir; embora, nem sempre o que é possível, exista. Por sua vez, a lei em seu pleno sentido, entendida como sendo essencialmente geral, supõe a existência de sujeitos aos quais se aplique. Tanto é verdade que, enunciada uma lei referente a qualquer classe de fenômenos, parte-se para a experimentação para testar seu poder representativo ou explicativo. Existentes, contudo, não necessitam, enquanto tais, ser regidos por leis gerais. Os fatos não perdem o peso de sua existência por não serem representados por uma lei.

Considerando-se o signo à luz destas categorias, dada a generalidade que lhe é essencial, deve-se concluir que ele realiza plenamente a categoria de *terceiridade*. Não é outra a conclusão de Peirce quando, em sua correspondência com Lady Victoria Welby, de 12 de outubro de 1904, afirma que... "Em sua forma genuína a *Terceiridade* é a relação triádica

existente entre um signo, seu objeto e o pensamento que o interpreta, sendo este mesmo um signo, considerado como constituindo o modo de ser de um signo." (Peirce (1958). v.8. #332).

No entanto, pelo fato mesmo do signo ser uma realização plena da *terceiridade*, ele deve conter em si todos os outros níveis definidos pelas três categorias, deles dependendo para constituir-se.

Num próximo passo, logo se percebe que os três correlatos constitutivos do signo – o representamen, o objeto e o interpretante – exercem, respectivamente, na unidade triádica que lhes confere a essência, as funções caracterizadas pela *primeiridade*, pela *secundidade* e pela *terceiridade*.

O representamen é o signo enquanto pode substituir um outro, seu objeto, podendo daí determinar um interpretante. O objeto é o outro que se impõe à experiência e que determina o representamen como que canalizando sua potencialidade para que lhe possa substituir. Caracteriza-o, pois, a relação de alteridade própria da *secundidade*.

O interpretante, finalmente, decorrerá das correlações estabelecidas entre o representamen e o objeto, trazendo, porém, à completude do signo uma contribuição irreduzível a qualquer uma outra já estabelecida. Com efeito, ao posicionar-se diante do objeto, ele o faz diante do par formado por este objeto e o representamen, passando a significar também as relações aí estabelecidas. O interpretante pode, assim, ser considerado um signo de um signo. No exercício de um papel nitidamente generalizador das relações de significação, o interpretante caracteriza-se por realizar na tríada semiótica a mais genuína função de *terceiridade*.

A idéia interpretante plenamente geral, produzirá novas idéias que a interpretem. Realizador da função típica de *terceiridade*, o interpretante será designado por Peirce como um *Terceiro* e dele será dito ser capaz de produzir Terceiros e Terceiros de Terceiros e, assim, indefinidamente. (Peirce (1974). v.2. #274).

Na mesma carta escrita à Lady Welby, continuando a caracterizar o signo com o exemplo mais notório de *terceiridade*, Peirce chama, todavia, a atenção para a possibilidade de um interpretante não vir a possuir um caráter geral, não sendo, então, propriamente um signo. "Podemos, diz o texto, tomar um signo num sentido tão amplo, que seu interpretante não seja um pensamento mas uma ação ou experiência, ou podemos mesmo alargar tanto o significado de signo que seu interpretante venha a constituir-se numa mera qualidade de sentimento." (Peirce (1958) v.8 #332).

Estes casos *degenerados*, para usar a terminologia técnica peirceana, põem à luz a existência e a possibilidade implicadas nas relações de natureza geral. Um signo que, em sua plenitude será interpretado por uma série infinita de outros signos, todos eles plenamente gerais, pode, por faltar-lhe em algum momento este mais alto e complexo grau de ser, dar um término à série de interpretantes. Neste caso, um existente exerce

o papel de último interpretante, podendo, mesmo, vir a série a encerrar-se num estado de mera potencialidade, fenomenologicamente caracterizado por Peirce como o de uma *qualidade de sentimento*.

Na análise semiótica dos signos lingüísticos, os casos degenerados serão bastante freqüentes. A capacidade possuída pela Semiótica de inspiração peirceana de consistentemente representá-los, certamente contribui para integrá-los numa teoria geral, sem necessidade de deixá-los à margem da explicação.

Na verdade, a terceiridade típica dos signos, da qual o signo lingüístico participa plenamente, só não sofre qualquer degenerescência quando da constituição de argumentos dedutivos.

Somente quando o interpretante do signo for um outro signo igualmente geral e necessitado pela própria representação do objeto e cuja verdade decorrer de sua própria construção, sem que para estabelecê-la haja necessidade de se recorrer a qualquer outra instância, o signo estará realizando plenamente seu caráter geral. Seu interpretante, assim como o de toda a classe dos *Argumentos*, é, para Peirce, um interpretante de *lei*.

Qualquer outra realização do signo lingüístico, e o mesmo seja dito de qualquer outro signo, apresentará, sobretudo a partir de sua relação de interpretante, algum grau de degenerescência. Quanto mais se complexificar o signo e mais genuinamente se realizar a idéia de terceiridade, maior será a probabilidade do surgimento de formações semióticas com algum grau de degenerescência.

Um argumento dedutivo, por exemplo, exigirá para sua constituição a presença de argumentos hipotéticos cujo interpretante, apesar de ser por ele produzido, o é como o de uma verdade possível. As asserções que o compõem, devem ser provadas indutivamente, garantindo pela experiência a verdade do que atribui à classe de objetos por elas denotada.

O interpretante produzido pelo argumento indutivo, embora necessitado pela garantia de que insistindo-se na experimentação ao longo do tempo (*on the long run*, diz o texto em inglês), o que for atribuído à classe dos fenômenos tomada como objeto do signo, convergirá para revelar sua verdade e indiretamente dependerá de um processo experimental, para que tal revelação ocorra, guardando, pois, uma marca intrínseca de falibilidade.

Já as proposições tomadas como asserções isoladas, não mais apresentam a capacidade de garantir em sua própria construção o interpretante que determinam. Diante delas, a conduta não encontrará as condições suficientes para, logicamente, fundar a crença de que esteja representando verdadeiramente o objeto denotado. A verdade de uma proposição assertiva tomada isoladamente, somente será garantida pela experiência. O interpretante a que se destina a proposição isolada será

sempre um interpretante de existência. A esta classe de interpretantes, Peirce conferiu a denominação de *Dicente*.

As proposições constituem-se para a teoria peirceana num complexo semiótico, que ao se estudar o signo lingüístico, merece especial atenção. Para caracterizá-las, Peirce recorre, explícita ou implicitamente, a todas as classes de signos menos complexas, inserindo as proposições no conjunto completo da semiose, já que não só exigem para sua composição a presença de todas elas como, por sua vez, são elas mesmas requisitadas para a formação da classe dos *Argumentos*, a única que apresenta um maior grau de complexidade.

Os comentários a seguir acompanharão muito de perto o texto peirceano e procurarão recuperar numa linguagem acessível a trama da argumentação, mantendo igualmente a preocupação de esclarecer o sentido dos termos técnicos utilizados.

Peirce ao empreender uma classificação geral dos signos (Peirce (1974). v.2. ##233-264), descreve a classe de signos a que pertencem as proposições assertivas, a dos *Símbolos Dicentes*, como sendo a de um signo conectado por uma associação de idéias gerais, e agindo como um *Símbolo Remático* ou termo geral dele, contudo, se diferenciará na medida em que seu interpretante pretendido (*intended interpretant*, no original) representa o *Símbolo Dicente* como sendo, quanto àquilo que significa, realmente afetado pelo seu Objeto, de modo que a existência ou lei que ele traz à mente deve ser de fato conectada com o Objeto indicado.

Deste modo, o Interpretante pretendido vê o *Símbolo Dicente* como um *Legissigno Indicativo Dicente* – isto é, como signo geral, freqüentemente de natureza convencional, que, tal como um pregão de rua, ao ser enunciado, anuncia a presença de uma mercadoria e que, uma vez estabelecido, requer que cada uma de suas ocorrências seja efetivamente afetada por seu Objeto, de modo a fornecer informação definida (existencial, pode-se dizer) concernente àquele Objeto –; e se isto for verdadeiro, ele participará desta natureza, embora isto não represente a totalidade de sua natureza.

Como o *Símbolo Remático*, o *Símbolo Dicente* é necessariamente um Legissigno – isto é, um signo que, enquanto representamen, é um signo geral, freqüentemente convencional, como é o caso de um signo lingüístico.

Assim como o *Sinsigno Dicente* que sendo alguma coisa existente que sofre a ação de uma outra, igualmente existente e que exerce a função de seu Objeto, informa sobre a existência desta última, como seria, por exemplo, o caso de um catavento que girando devido à ação do vento, denuncia sua presença, o *Símbolo Dicente* é necessariamente um composto de, ao menos dois outros signos.

Em sua constituição, ele envolve um *Símbolo Remático* e um *Legissigno Indicativo Remático*.

Pelo primeiro, o *Símbolo Dicente* apresentar-se-á para seu interpretante como um *Legissigno Icônico*, sendo interpretado como um signo geral que representa seu Objeto através de alguma qualidade que com ele mantém em comum e que é assumida, frequentemente, por convenção como fundamento do signo, sem, no entanto, informar sobre a existência do Objeto.

Pelo segundo, o *Símbolo Dicente* será interpretado como um *Legissigno Indicativo Remático*, exemplificado pelos pronomes demonstrativos. Será, então, considerado como um signo geral que, uma vez estabelecido por uma inequívoca sintaxe que o une a seu Objeto, requer que cada uma de suas ocorrências seja realmente afetada por este Objeto, chamando para ele a atenção e indicando-o como o sujeito daquela informação.

Mas a Sintaxe que articula estes componentes é significativa. A Réplica, como realização concreta pela qual ocorre o *Símbolo Dicente*, é um *Sinsigno Dicente* de um espécie peculiar. Vê-se facilmente que isto é verdadeiro, quando a informação veiculada pelo *Símbolo Dicente* é a de um fato atual – pois a proximidade física, espaço-temporal, mantida entre Objeto e a Réplica, como ocorrência concreta do signo deve ser inequivocamente percebida. Tal é o caso, por exemplo, de quando alguém apontando para uma mesa, diz: – Esta é a mesa!

Quando a informação é de uma lei real, isto já não é tão plenamente verdadeiro. Pois um *Sinsigno Dicente* – que não é um signo geral e, logo, não é um signo de lei – não pode veicular informação de lei. Isto, portanto, só será verdadeiro da Réplica de um tal *Símbolo Dicente*, na medida em que a lei incorporar-se em exemplares concretos – como seria, então, o caso de uma determinada reação química, representada numa lei e verificável exemplarmente em laboratório.“ (#262).

O *Símbolo Dicente Particular* ou proposição particular, diz o texto, mais adiante (#271), é representado por seu Interpretante como indicando um fato de existência. Entende-se, por exemplo, a proposição “Algum cisne é preto”, como significando que existe efetivamente um cisne preto.

Um *Símbolo Dicente Universal* ou proposição universal, é representado por seu interpretante como indicando uma lei real; como é o caso de “Nenhum cisne é preto”, tomado no sentido em que, “por maior que seja a pesquisa, jamais será descoberto um indivíduo preto, dentre os cisnes.”

Pode-se, deste modo, perceber como o interpretante dicente procede diante de representações simbólicas e, portanto, gerais. A verificação da verdade do *Símbolo Dicente Particular*, que é interpretado como indicando um fato de existência, poderá, adequadamente, se efetivar, ao se apresentar de fato, no caso do exemplo escolhido, um cisne preto.

A verificação da verdade do *Símbolo Dicente Universal*, exigirá que se recorra a um *Símbolo Dicente Particular* nele implicado que, se verda-

deiro, o contradiga. No exemplo, a afirmação de que nenhum cisne é preto, manifestou-se falsa somente na medida em que tornou-se possível afirmar que, verdadeiramente, algum cisne é preto.

Ambas as classes de signos que compõem o *Símbolo Dicente* são interpretadas como signos de mera possibilidade, já que sendo remáticas, o interpretante que determinam é desta natureza.

Com efeito, o interpretante remático é, segundo o texto peirceano, o signo que “para seu Interpretante, é um signo de Possibilidade qualitativa, isto é, é entendido como representando uma determinada classe de Objeto possível” (#250). No caso, pois, do *Símbolo Dicente*, caberá à sintaxe que une entre si seus componentes constituí-lo, segundo seu interpretante, como um signo dicente, ou seja, como um signo de existência. Será, também, a esta sintaxe que deve ser atribuída toda modalização que afetar a asserção e, conseqüentemente, suas condições de verdade.

Os componentes do *Símbolo Dicente* ou proposição assertiva, são classes de signos, igualmente, de grande importância dentre os signos lingüísticos.

Dizia o texto a cuja leitura se procedeu, ser o *Símbolo Dicente*, composto de *Símbolo Remático* e de um *Legissigno Indicativo Remático*. Através do primeiro componente seria ele capaz de veicular sua informação sobre o Objeto e, com o recurso ao segundo, indicar o sujeito daquela informação.

O *Símbolo Remático* é aqui requisitado por constituir-se num signo “associado ao seu Objeto por uma associação de idéias gerais de tal modo que sua Réplica – ou realização concreta – evoca uma imagem à mente, imagem que devido a certos hábitos ou disposições daquela mente, tende a produzir um conceito geral, e a Réplica é interpretada como sendo um Signo de um Objeto que é uma ocorrência daquele conceito. Deste modo o *Símbolo Remático* é o que os lógicos denominam um Termo Geral, ou a ele muito se assemelha.” (#261). O exemplo oferecido desta classe de signos, é o de um substantivo comum.

É interessante notar que a ação do *Símbolo* sobre a mente é apresentada como sendo estritamente evocativa e, portanto, capaz de determinar somente um interpretante remático, ou de mera possibilidade, de si mesmo não comprometendo a existência do Objeto. É por meio de uma associação de idéias, e esta é para Peirce uma genuína atividade mental, que o *Símbolo* se une a seu Objeto. Seu modo de representar corresponde, com efeito, àquele exercido por um substantivo comum.

Esta evocação se faz mediante a presença sensível da Réplica do signo, a qual, por sua vez, suscita uma imagem naquela mente. Esta imagem, devido à sua natureza essencialmente mental e em virtude de certas semelhanças que mantém com o Objeto (Cf. Silveira (1996) p.35-53), ativa interpretantes presentes na mente na forma de hábitos ou disposições, levando à produção de um conceito geral.

Os conceitos gerais apresentar-se-ão como símbolos integrantes do universo mental, o que deixa bem claro que, na concepção semiótica de Peirce, jamais haverá um momento de não-pensamento que anteceda ao seu início. Um símbolo só significa, com referência a outros símbolos já integrantes de um hábito de pensar: a mente é pensamento e, não, alguma instância que o preceda, e da qual ele resulte, como um produto.

A propósito, Peirce formula em uma nota acrescentada anos mais tarde a um antigo trabalho, esta sugestão para quem quiser compreender a natureza de nossa mente e de suas relações com o pensamento: "...exatamente como dizemos que um corpo está em movimento, e não que o movimento está no corpo, devemos dizer que estamos em pensamento e, não, que os pensamentos estão em nós." (Peirce (1974) v.5. #289n.1).

O segundo componente do *Símbolo Dicente*, seria o *Legissigno Indicativo Remático*, exemplificado, em se tratando de signos lingüísticos, pelo pronome demonstrativo. Diferentemente do Símbolo, o signo agora em consideração, embora em sua própria constituição seja um Legissigno – signo geral e convencional, já que depende do código lingüístico para se constituir –, não representa seu objeto como uma classe geral.

Refere-se, entretanto, ao objeto de tal maneira que, diz o texto peirceano, "...requer de cada uma de suas ocorrências que sejam realmente afetadas por seu Objeto, de modo a que tão somente chame a atenção para aquele Objeto." (#259).

Sua função é, pois, indicativa de um objeto existente. Esta função, porém, só será representada como tal, ou seja, como determinando um interpretante de existência, se permitida pela sintaxe à qual, o *Legissigno Indicativo* estiver subordinado.

Duas classes de signos apresentam sintaxes desta natureza. A menos geral delas é a do *Legissigno Indicativo Dicente*, exemplificado, no texto, por um pregão de rua. Neste caso, o *Legissigno Indicativo* estará unido ao objeto através de alguma representação não necessariamente geral, em circunstâncias tais que comprometa a verdade de que o objeto por ele apontado existe e está adequadamente representado. A outra é constituída, justamente, pelo *Símbolo Dicente*, ou pelas proposições assertivas, do qual já se analisou a sintaxe característica.

A composição constitutiva do *Símbolo Dicente* não apresenta maior dificuldade de compreensão, ao aplicar-se a proposições em que um substantivo comum é predicado de um sujeito. Uma proposição, tal como "Isto é uma mesa.", corresponde, de imediato, à descrição da classe de signos na qual estaria incluída. Outras formas proposicionais que dela poderiam derivar-se, provavelmente não apresentariam maior dificuldade para serem representadas no interior desta classe. Por um processo de simples inclusão poderia ser atribuída à mesma classe de signos, uma proposição como "Esta mesa é um móvel."

Quando, contudo, o que é atribuído como um predicado ao sujeito não é um substantivo, mas um adjetivo, a proposição que assim procede, aparentemente não estaria sendo contemplada pela descrição dada de um *Símbolo Dicente*.

Uma proposição, tal como "Esta mesa é verde", na qual verde é compreendido como uma qualidade, não cumpriria as exigências de representação previstas para a classe dos *Símbolos Remáticos*.

Estaria além da capacidade semiótica de uma mera qualidade ou *Qualissigno* (#254), que de si não necessita sequer ser um existente e, muito menos, uma lei, representar seu objeto como uma classe geral. Não poderia, pois, de modo algum, constituir-se num *Símbolo* que, por definição, tem por Objeto, uma classe geral.

Consistentemente com a teoria que preside a esta classificação dos signos, o que é atribuído ao sujeito neste último exemplo é algo equivalente a "um objeto verde". Neste momento, haveria o fornecimento, através de uma representação meramente possível da classe geral de objetos verdes, de um signo de essência, ou *Símbolo Remático*, capaz de expressar uma determinada informação sobre um objeto, a uma asserção que o atribuiria existencialmente ao objeto designado pelo *Legissigno Indicativo Remático*: "Esta mesa".

O estudo semiótico do signo lingüístico que vem até aqui sendo realizado, tem-no considerado em seu caráter de *Legissigno*. Fizeram-se freqüentes referências à suas Réplicas, faltando, todavia, estudá-las especificamente.

A nível fonético e morfofonêmico, importantes estudos vêm sendo realizados destas relações concretas, contribuindo especialmente para a aprimorar a compreensão de seu caráter convencional.

Roman Jakobson (Cf. Jakobson (1969) e Jakobson e Pomorska (1985)) foi, reconhecidamente, o primeiro lingüista a procurar na Semiótica de inspiração peirceana, subsídios para desvincular a convencionalidade do signo lingüístico de uma radical arbitrariedade.

Michael Shapiro (Cf. Shapiro (1983)) desenvolveu a proposta de Jakobson, levando a cabo uma alongada pesquisa, na qual chega a construir uma teoria gramatical integralmente fundamentada na Semiótica de inspiração peirceana.

Estes estudos partem da noção de ícone desenvolvida por Peirce, da qual, todo signo participa ou por constituir-se ele mesmo num *Ícone*, ou por possuir elementos icônicos (Cf. Peirce (1974). v.2. ##274-309).

Pela definição de um ícone, esclarece-se porque torna-se ele uma presença absolutamente indispensável no universo semiótico: "Um *Ícone* é um signo que se refere ao Objeto que ele denota meramente em virtude de caracteres que lhes são próprios, e que ele possui, do mesmo modo, quer um tal Objeto exista ou não. É verdade que a não ser que exista um

tal Objeto, o Ícone não age como um signo; mas isto nada tem a ver com o seu caráter, enquanto um signo. Qualquer coisa, pois, seja ela uma qualidade, um existente individual, ou lei, é um Ícone de alguma coisa, na medida em que a ela se assemelhe e seja usada como seu signo." (Peirce (1974) v.2 #247).

Em sua referência ao Objeto, o *Ícone* é um signo da mais estrita primeiridade. Não depende de qualquer outra classe de signo para poder representar seu Objeto, devendo, contudo, estar presente em qualquer outra realização da função referencial.

Convém notar que a ressalva que faz o texto peirceano quanto às condições para a ação do *Ícone*, ao vinculá-la à efetiva existência do Objeto, somente vem reforçar o reconhecimento do caráter estritamente potencial das relações de significação mantidas por esta classe de signos. O texto afirma, precisamente, que um signo de estrita potencialidade, não implicando ele mesmo em qualquer fato de existência, somente irá manifestar seu poder de significação, quando um fato que o implique, vier a denunciar sua presença.

Diante de um objeto existente, torna-se possível verificar a presença de um signo que a ele represente por mera semelhança. Isto não implica, porém, qualquer comprometimento do preciso caráter em virtude do qual um signo é ícone de um objeto, já que este continua sendo o de uma mera potencialidade.

A importante contribuição que estes estudos vieram trazer, foi a de mostrar que a própria configuração da réplica do signo como representamen, embora seja convencional, não guarda aquela arbitrariedade absoluta que fôra, por exemplo, defendida pela tradição lingüística e semiológica decorrente da obra saussureana.

O signo convencional em sua configuração sensível apresenta marcas que o habilitam especialmente a evocar à mente uma idéia interpretante que o represente preferencialmente como signo de uma determinada classe de objetos. Este interpretante é de natureza evocativa, vale repetir, não produzindo diretamente qualquer efeito constrangedor que forçasse a atribuição do signo a um determinado objeto.

A escolha da atribuição permanece reservada à mente, embora a iconicidade decorrente das marcas presentes no signo não coloque a mente diante de um campo de absoluta indiferença. Uma tal indiferença, a bem da verdade, deixaria a mente desprovida de qualquer motivo objetivo para proceder à escolha.

Devido à iconicidade que o constitui, qualquer signo é portador de marcas que possibilitam ser ele escolhido para exercer uma função representativa. Neste sentido, todo signo pode ser considerado motivado.

A contribuição da teoria semiótica peirceana para o reencaminhamento da questão da motivação do signo e, em especial, do signo

lingüístico, decorreu da capacidade desta teoria dar positivamente conta do componente potencial, presente em todo processo semiótico.

Havendo, então, a possibilidade de compreender a presença determinante do signo diante da conduta sem ter que atribuir-lhe um caráter estritamente causal, dispensava-se a exigência de se entender a motivação do signo como um processo de imitação "ingênuo" do Objeto. Não se está, com efeito, privilegiando o caso das onomatopéias, cuja pretensa importância na constituição dos signos lingüísticos, tão justamente foi contestada por Ferdinand de Saussure (Cf. Saussure (1985) p. 102).

O signo pode assemelhar-se ao seu Objeto e, assim, representá-lo, sem imitá-lo. Supõe-se, todavia, que mantenha alguma qualidade comum com ele, capaz de determinar um interpretante de possibilidade. Em presença do signo dotado da exigida iconicidade, a conduta será determinada pelo Objeto, por sentir-se levada a aceitar a sugestão de escolha que, então, lhe é oferecida.

Não cabe aqui substituir a leitura das obras referidas que, com tanto rigor e competência, apresentaram em diversos níveis a presença destas marcas na formação dos signos lingüísticos. Resta somente notar que a similaridade entre o padrão perceptivo da réplica do representamen e a associação de idéias que tal padrão permite à mente elaborar sobre o objeto, corresponderia a uma espécie de universal antropológico, presente nas aproximações mantidas, de um lado, entre formas simples e formas primitivas e de outro, entre formas derivadas e formas mais complexas.

As réplicas de representamen que assumem formas mais simples são aquelas que, quando for o caso, darão origem às formas mais complexas e, nunca o contrário. O mesmo se repetirá quando houver formas derivadas de outras formas, elas mesmas derivadas. Será a partir daquelas que, pela ausência de marca no nível que servirá de base para a derivação, estiverem mais próximas das formas primitivas que as últimas irão derivar-se. Pode-se perceber que daí decorre um sistema hierárquico e coerente de organização.

O mesmo princípio de distinção organizaria o domínio do Objeto, tornando privilegiada a representação de classes mais simples de objetos pelas formas mais simples de representamen. Objetos singulares, para se tomar um único exemplo, seriam considerados mais simples do que seu conjuntos. Sua representação privilegiada se faria, no interior de um sistema lingüístico, ou, mesmo, de qualquer sistema semiótico, por réplicas de representamen cujas formas fossem relativamente mais simples. À complexidade decorrente, ao nível do objeto, na passagem de um objeto singular a um seu conjunto, iria corresponder a presença de réplicas marcadas de representamen, ao menos nos casos, bastante freqüentes,

em que singular e plural fossem formas que compartilhassem de uma mesma raiz morfofonêmica.

A réplica do signo lingüístico, constituindo-se, para Peirce, em um *Sinsigno Dicente*, que implica, por sua vez, o *Sinsigno Icônico* e o *Sinsigno Indicativo Remático*, dá corpo às múltiplas marcas responsáveis por sua iconicidade e, conseqüentemente, por sua capacidade de representar o Objeto.

A réplica torna-se, deste modo, capaz de fornecer informação sobre o Objeto, tomando por base aquelas qualidades que ambos mantêm em comum. Acrescenta a esta capacidade, devido à interação efetiva que, como um existente, mantém com o Objeto, aquela de indicá-lo como a um existente, sujeito da informação fornecida. A sintaxe que liga a réplica ao objeto, determina a uma mente que interprete esta última como a um signo de existência e não, simplesmente, como a um signo somente capaz de indicar a presença efetiva do Objeto.

Mantendo-se em conformidade às regras de formação estabelecidas pelo código lingüístico e em constante interação para com elas, já que se responsabiliza ativamente pela instância concreta da praxis social da linguagem, a réplica do *Legissigno* torna-se perfeitamente apta a exercer esta função indicativa. Para uma Razão ativa, a presença deste *Sinsigno Dicente* bastante especial, constitui-se em condição suficiente para que ela produza a associação de idéias gerais pela qual venha a representar adequadamente o Objeto denotado. Tem-se, então acesso ao infinito domínio do pensamento, tomada por centro, a sua expressão lingüística.

## Bibliografia

- JAKOBSON, R. (1969) – “À procura da essência da linguagem.” (1965). *Lingüística e Comunicação*. São Paulo. Cultrix. p. 98-117.
- JAKOBSON, R. e KRYSZYNA P. (1985) – *Diálogos*. São Paulo. Cultrix.
- PEIRCE, C.S. (1958) – *Collected Papers of Charles S. Peirce*. vls. 7-8. Edited by Arthur Burks. Cambridge. MA. Harvard Univ. Press.
- PEIRCE, C. S. (1974) – *Collected Papers of Charles S. Peirce*. vls. 1-6. Edited by Ch. Hartshorne and P. Weiss. Cambridge. MA. The Belknap Press of Harvard University. 3<sup>rd</sup>. Printing.
- SAUSSURE, F. (1985) – *Cours de Linguistique Générale*. Payot. Paris.
- SHAPIRO, M. (1983). – *The Sense of Grammar*. Language as Semiotic. Bloomington. IN. Indiana Univ. Press.
- SILVEIRA, L.F.B. (1993). – “Charles S. Peirce e a contemporânea filosofia da ciência.” *Transformação*. São Paulo. Edunesp. v. 16. p.63-82.
- SILVEIRA, L.F.B. (1996). – “A iconicidade do signo lingüístico e algumas de suas conseqüências”. *Série LINGUAGEM*. v. 1. “O Falar da Linguagem”. São Paulo. Lovise.

## OS MONÓLOGOS E A QUESTÃO DA INTERPRETAÇÃO\*

Maria Francisca de Andrade Ferreira Lier-De Vitto\*\*

O que teriam os monólogos da criança a dizer sobre a questão da interpretação? Aparentemente muito pouco ou até mesmo nada. Digo isso porque a “fala egocêntrica” é identificada, no interior dos modelos que se conhecem como sócio-interacionistas/ sócio-construtivistas (Vygotsky e seus seguidores), com o momento da cessação da atividade interpretativa do interlocutor. Quer dizer, com o momento em que o sujeito se liberta da dependência do outro e ganha autonomia e controle sobre as suas ações lingüísticas ou motoras.

Deve-se dizer que os monólogos conservam na área de Aquisição da Linguagem a marca problemática de sua origem na Psicologia do Desenvolvimento. A fala egocêntrica representa ali – na Psicologia do Desenvolvimento – o início do processo de internalização. Os monólogos corresponderiam, então, a um *ponto de virada* no percurso ontogenético da criança. Ou seja, eles são tomados como evidências empíricas de uma grande transformação: a da passagem de um modo primitivo de regulação, a *intersíquica* ou “social”, para outra, dita *intrapíquica* ou individual. Isso, caso mantenhamos os rótulos vigentes na Psicologia do Desenvolvimento e que transitam inquestionados na área de Aquisição da Linguagem.

Eu pretendo, neste trabalho, apontar para o equívoco que reside nesse modo dos sócio-construtivistas entenderem os monólogos da criança. Começo dizendo que a “fala egocêntrica” se constitui *num* ou constitui *um* desafio à própria viabilidade de um programa teórico que assume ser o outro *determinante* ou responsável pela entrada da criança na linguagem. Ponho ênfase no expressão “determinante”.

\* Esta é a versão revisada, modificada e ampliada de um artigo publicado nos *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, nº 29, da UNICAMP. Devo esclarecer que o título foi alterado de “Sobre a Interpretação” para o atual, no sentido de sinalizar as alterações que fiz e para pôr em relevo o lugar de onde estarei falando “sobre a interpretação”.

\*\* LAEL: Programa de estudos pós-graduados em Lingüística Aplicada e Estudos da Linguagem  
DERDIC: Divisão de Educação e Reabilitação dos Distúrbios da Comunicação (PUC-SP)

Um dos problemas que a “fala egocêntrica” coloca está, a meu ver, espelhado no próprio nome: “egocêntrica”, ou seja, *centrada no eu*. A questão básica é: será possível sustentar o tão apregoadado “papel estruturante/determinante do outro e da interação”, quando se mantém intacta aquela expressão? Insisto que não. Penso que ela se inscreve como sintoma de uma contradição no sócio-interacionismo; como sintoma de uma incoerência teórica porque ela fica ali marcando um *ponto cego* que abala o seu alicerce argumentativo, configurando um obstáculo epistemológico ao encaminhamento da proposta.

O compromisso teórico com a noção de interação impõe, pelo menos quando a linguagem está em causa, a de *interpretação* e torna imprescindível entender *interação como determinação*, ou seja, como força fundante do sujeito e da linguagem. Nesse caso, como consentir (com a Psicologia do Desenvolvimento) que a “fala egocêntrica” seja expressão do momento em que o sujeito encontra *unidade* porque se liberta da *dependência inicial* da interpretação do outro? Como supor que os monólogos correspondam ao momento em que o sujeito *muda sua natureza* ao se posicionar acima de sua própria história para controlar suas ações? Será tal conversão/revolução plausível?

Respostas não oferecidas a questões não formuladas compõem, a meu ver, a armadilha em que caíram muitos sócio-construtivistas (incluo aqui Vygotsky e Wallon). Para responder às perguntas que fiz, retomarei a ênfase que dei à palavra “determinação” para dizer que ela é um imperativo e que, como tal, não deixa margem para que se considere a cessação de sua força. O conceito de determinação é correlativo à noção filosófica de *fatalidade* e fatalidade é restrição no sentido de que a direção que a determinação impõe é compulsória, “*apesar de todo desejo e/ou força contrária*”, esclarece A. Lalande.

Se é assim, como admitir que cessem os efeitos da interpretação do outro? Um interacionista não poderá concordar com a interrupção dos efeitos da interpretação do outro (e da ausência dela) sobre o sujeito, mesmo quando o que se põem em questão são os monólogos. Um sócio-construtivista deveria recusar a premissa de que o desenvolvimento depende – a *princípio* – da interação e da interpretação mas que o processo culmina no individual, no egocêntrico, com a *internalização*. Se não o fizer, estará admitindo a perda gradual e sucessiva da força determinante o que, do ponto de vista epistemológico, é inconcebível.

Ora, se a determinação “vem de fora”, como quer Vygotsky, a suposição de que ela seja transferida “para dentro”, via internalização, mais do que fragiliza, derrota o programa sócio-construtivista (ver Lier-De Vitto, 1991). Talvez, do reconhecimento desse impasse é que advenha a ênfase de Leontiev na noção de *transformação*. Processos externos/sociais/interacionais serão *transformados* para a criação de um plano interno. A internalização, insiste ele, “*não é transferência de uma atividade*

*externa para um plano interno pré-existente, para o ‘plano da consciência’.* Ela é um processo em que este plano é *criado*” (1981:57) (ênfases minhas)

A noção de “dialogia interna”, que o autor pretende aí inscrever, não serve, igualmente, de alento. Além de ostentar a natureza do processo de internalização como de transferência (o que Leontiev procura negar), ela aparece mais como uma manobra teórica de vagueza inegável. Basta indagar sobre o que significa falar em “diálogo interno”. O problema central está em ajustar ou compatibilizar a idéia de auto-regulação (regulação interna, portanto) que a internalização supõe, com a de “dialogia” (que remete a uma regulação ‘social’). Resta, então, perguntar: “O que controla/regula o que, afinal”?

Se “interna” é expressão que qualifica “dialogia” em “dialogia interna”, a determinação que esse adjetivo aponta é, *necessariamente*, para aquela que introduz, com o “interno”, a *auto-regulação* e a que vincula a noção de sujeito à de indivíduo. Deve-se concluir, então, que é ele, o indivíduo, que regula os turnos da dita dialogia interna, já que “interna”. De nada serve, então, a “dialogia” nesse caso.

Ocorre que ela, quando “externa”, desloca para fora, para o outro, o poder de regulação. Não é difícil perceber que uma das consequências corrosivas que a “internalização” traz ao sócio-construtivismo é a de banalizar a interação, reduzindo-a ao empirismo das “relações observáveis”, que a fazem equivaler a ações recíprocas, a trocas, ou negociações estratégicas de pontos de vista<sup>1</sup>. Importa dizer que, se interação for aceita apenas como um conjunto de “ações recíprocas” anterior à internalização e à constituição do “eu mesmo”, ela não será força determinante, mesmo que necessária. Será força acessória.

Esclareço: *interação* acabará tendo que ser considerada como espaço de apresentação de *input*, de exposição, *pelos outros*, de material lingüístico para o exercício das capacidades analíticas/interpretativas da criança<sup>2</sup>. Note-se que a consequência disso é dizer que a determinação “vem de dentro”, que é força inerente ao sujeito – já que análise/interpretação é prerrogativa do sujeito. Nesse enquadre, interação é *condição necessária mas insuficiente* ao desenvolvimento da criança.

Chamo a atenção para o fato de que a cisão interno/externo, assumida sem incômodo, deixa impunes questões/problemas que, segundo entendo, devem ser enfrentados. Primeiramente, porque a aceitação de tal separação de domínios, enquanto pressuposto de base, autoriza e faz alternar a força de determinação, como postulei acima. O *domínio externo* comparece como equivalente ao do social, do outro; e o *domínio interno* é

1. Quero, com essa pontuação, deixar registrado meu distanciamento em relação a meus primeiros trabalhos acadêmicos (década de 80) em que esses termos faziam presença.

2. Sobre isso, ver também Cláudia Lemos (1986): “A Sintaxe no Espelho”.

identificado com o do individual, do eu. "Ilusão" não tem lugar aí: a interpretação oscilará entre o fora e o dentro, será deslocada ora para o "outro", ora para o "eu". Alternância insuperável, que a idéia de "dialogia interna" não pode resolver/dissolver. A cisão interno/externo atrela o sujeito ao controle e faz equivaler linguagem a instrumento (de regulação interna ou externa).

Emana desse estado de coisas um empirismo intransponível, como já assinalai, que aniquila o sócio-construtivismo enquanto proposta teórica<sup>3</sup>. Empirismo que, acima de tudo, empurra a linguagem para o domínio dos "objetos controláveis", ora pelo "outro", ora pelo "eu" – uma vez que ela é ali instrumento de regulação, como também já disse. Interpretação e regulação (controle) se confundem porque feitas sinônimos.

Pretendo, como já disse, falar contra a idéia de que o destino da interação (presumido como natural) encontre o seu fim, quer dizer, que seja superado pela internalização e também, obrigatoriamente, contra a noção de sujeito que dela decorre. Oponho-me à idéia de um sujeito concebido como "central de controle e processamento", um sujeito que dirige a linguagem e que, por essa razão, dela toma distância para dar sentido e coerência ao seu texto. Um sujeito "diante da linguagem e fora da lei" da linguagem (Lier-De Vitto, 1994). Pergunto, então, na sequência, o que mostram os monólogos?

Ofereço como exemplar o de Emmy, uma menina americana de dois anos e meio de idade, cujas produções no berço foram estudadas por Julie Gerhardt (1987) e por Katherine Nelson (1989):

1. Maybe when my go come
2. Maybe my go in daddy's blue big car
3. Maybe... maybe when Carl come (again)
4. Then go to back home
5. Go peaboby
6. Carl sleeping
7. Not right now... the baby coming
8. And Carl coming
9. my house
10. Aaaaaaaaand Emmy Emmy ((everything)) coming
11. After my nap
12. Not right now... cause the baby coming now
13. (then) when Emmy wakes up

3 Sobre isso ver, também, C. Lemos (1992).

14. Carl come
15. After my nap
16. Then Carl come (over) my house
17. Then Emmy go Caldors in the Mall
18. When daddy wake Emmy up
19. Not not... um um (.....)
20. When Emmy wake up
21. Emmy has... has something on my face.

Devo esclarecer que sigo a notação de Julie Gerhardt. Um só par de parênteses corresponde a "transcrição incerta" e dois a "transcrição muito incerta". Pontilhados são "hesitações" e linhas marcam "sequências limitadas por pausas".

O que dizer, numa caracterização geral, desse monólogo de berço? Eu diria que este excerto de monólogo é um texto instável e indeterminado, *descontrolado*. Um texto em que o *sentido não se define* devido a um incessante deslocamento de fragmentos. Se atentarmos, ainda um pouco mais, poderemos dizer que a sequência inaugural – "Maybe when my go come" – contém aqueles fragmentos em torno dos quais, ou a partir dos quais, o texto monológico será tecido. "Maybe", "when", "go", "come" são elementos muitas vezes repetidos, são ganchos, pontos de retorno ou ancoragem que amarram os muitos pontos de fuga do monólogo. Pontos de retorno que são fragmentos a convocar muitos outros nas sequências seguintes e cuja sucessão não conduz, como assinalai acima, à arquitetura de um texto "coeso e coerente".

Este monólogo é marcado por *pausas* (cada sequência ou enunciado da transcrição corresponde a uma parada a subverter a unidade textual), por *hesitações* ou *interrupções abruptas*. Chamo a atenção para as sequências de números 3, 7, 12, 13, 19 e 21. Este é um texto repleto de *repetições* – muitas são as instanciações de "maybe", "go", "come", "when" e "then", por exemplo. Nele ocorrem *composições inesperadas*. Refiro-me especialmente aos enunciados 12 e 21. Nele, são também notáveis os *segmentos ininterpretáveis* – todos os fragmentos entre parênteses e as linhas pontilhadas nas sequências 3, 10, 13, 16 e 19.

Vê-se que a criança "erra" demais, pára demais e repete demais. *Erra*, porque não articula uma sequência, deixando o sentido "à deriva" – expressão de Pêcheux. *Pára*, porque faltam-lhe palavras. *Repete*, porque os fragmentos insistem (em vão) na demanda daqueles que os completam e fecham um sentido. Penso que não seria implausível dizer que, para a criança, faltam as palavras do outro. Este outro que, no diálogo, confere direção ao discurso, que reconhece os domínios de articulação discursiva a que estão filiados os fragmentos produzidos pela criança. Outro que reconhece os "universos logicamente estabilizados", diria ain-

da Pêcheux (1990). Estendendo este argumento, eu diria que os monólogos podem ser compreendidos como *apelos à interpretação* ou como pedidos de *restrição*, segundo Cláudia Lemos. Eles pedem fechamento. Os monólogos parecem reclamar o sentido que os enunciados excluem porque não terminam. Mas, diga-se, a criança fica, assim mesmo, com o outro, nas palavras do outro.

Será no interior do silêncio do outro mas com as suas palavras que a criança poderá começar a “escutar-se”, a escutar uma voz que ela ouve como sendo outra e que ela estranha porque diz uma fala que lhe soa outra. Acontece, também e porém, que será no interior daquele silêncio que ela será chamada a decidir pela relação entre som e sentido, como já sugeriu Jakobson (1960), fazendo referência a Paul Valéry. A criança erra, fica abandonada à linguagem e é movimentada pelo movimento da língua.

O que se vê nesse segmento de monólogo é uma criança recém-inaugurada na linguagem. Uma criança que, para vir a interpretar deve se partir, deve ser dividida em falante / ouvinte e o será pelo movimento solidário do eixos metafórico e metonímico que delineiam traçados mau alinhavados porque falta, naquela voz – na da criança – advir um sujeito: na sua fala, a língua articula fragmentos incorporados de dizeres outros. Outros que agora faltam como intérpretes desses pedaços tomados, um dia, de seus dizeres. Os monólogos parecem falar, então, de uma dupla ausência de intérpretes – a do falante e a do outro – e em favor de um sujeito que, para advir, deve se alienar.

A noção de alienação como dimensão constitutiva do sujeito desloca radicalmente a de interação, conforme ela se apresenta nos trabalhos de aquisição da linguagem e na Psicologia do Desenvolvimento. “Alienação” e “regulação” são termos mutuamente excludentes. Quando se fala em alienação, põe-se em questão um sujeito a quem faltam capacidades perceptivas e cognitivas. Ela fala de um sujeito para quem o mundo não é transparente – o que faz do outro, também, um que não se dá a ver como modelo. A criança diz o que o outro diz porque ali se aliena e o faz porque é por esses dizeres “capturada” (C. Lemos, 1994)<sup>4</sup>. Os monólogos falam em favor dessa captura na dimensão de uma alienação primeira. Entende-se o porquê da circulação maciça de fragmentos de dizeres nessas produções da criança.

A interação com o outro é mesmo “condição necessária” na justa medida em que, como diz Cláudia Lemos, o outro “*é instância do funcionamento linguístico-discursivo*” (1992: 128). Ele é instante e lugar de um

4 “Captura” é expressão que reverte a idéia de que aquisição da linguagem corresponde a um processo de apropriação. Para além disso, afasta a de um sujeito psicológico que, por contemplação e análise do input linguístico toma posse da linguagem e traz à cena um outro – o do inconsciente.

funcionamento e nisso reside sua possibilidade de interpretar. Quer dizer, por já estar submetido ao imaginário da língua constituída é que ele pode submeter as produções fragmentárias da criança a redes de relação e de sentido, a sítios sintatizados e prenes de significados... provisórios.

Diferentemente, na Psicologia do Desenvolvimento, a linguagem é instrumento posto a serviço de outro saber, mais profundo e essencial: o de uma exterioridade representada. Nesse enquadre ela emerge como instrumento expressivo e/ou comunicativo, caracterizando o que Paul Henry designou criticamente de “problemática da complementaridade” e que enunciou da seguinte maneira: “*do humano, o que não é da ordem do psicológico, é social e reciprocamente*” (1992:141). A consequência disso é a de que a exclusividade do par psicológico/ social, no que concerne o humano, não concede lugar para o linguístico: “*não há espaço para um conceito de língua e sua autonomia*”, conclui o autor. Vale notar que a noção de *regulação inter/intra-psíquica* é decisiva a esse respeito. Pode-se ler nela o fechamento do campo da complementaridade na Psicologia do Desenvolvimento.

A cisão interno/ externo, já abordada acima, faz ver, de fato, que a linguagem só poderá aí aparecer como atributo do psicológico e atributo do social. É ela, também, que faz reinar o “sujeito em controle”, o sujeito que nasce na “fala egocêntrica”, na Psicologia. Mas, essas produções desconcertantes que são os monólogos parecem recusar a idéia de que um interno dirija um externo. Elas falam contra a idéia de um sujeito como central de controle e processamento. Basta não afastar o olhar de sua natureza truncada, desalinhavada.

Fico com Deleuze (1969) quando diz que o que importa é a superfície e o que nela se passa: “o expresso torna possível a expressão”, diz ele e, eu diria, a não-expressão. Proponho que nos atenhamos ao *interno do externo*. Pergunto, agora, o que o expresso expressa nos monólogos?

Expressa, ou melhor, mostra que há pausas, incompletudes, vazios. Marcas de um sujeito que é chamado a interpretar (sem ainda poder fazê-lo) na ausência da interpretação do outro. Mostra que há “erros”, composições inesperadas e ininterpretáveis. Marcas de um sujeito que é ainda inépto para interpretar e que, por isso, “deixa” os outros falarem na sua voz. Marcas de um sujeito que, digamos, se esvai na voz.

O que os monólogos de Emmy põem à mostra é que os fragmentos abertos à interpretação ou não progridem ou progridem de forma desconcertante. Uma sequência interrompida é sempre um fragmento, um resto, “um resíduo”, diz G. Rosolato (1985/1988). Resíduo que passou por muitos lugares, que circulou em textos vários e que se compôs de diferentes maneiras. Por isso o resíduo insiste (se repete) na demanda de um sentido que, nos monólogos, escapa, fica indefinido. Na ausência de interpretação, muitas serão as composições possíveis. Muitas que a língua articula.

Podemos notar, além do mais, que há *progressão* mas *não conclusividade* – palavra de Bakhtin (1979). Progressão que, além de tudo, é “cambiante e fragmentária”, como já assinalou M.T.Lemos (1990). Progressão que, por ter esta ou ser desta natureza não parece obedecer a princípios cognitivos, a um comando interno. Aliás, quando se observam os monólogos, pode-se ver que são os fragmentos efetivamente produzidos que definem a sequência e que são, também, “elementos concretos” (para lembrar Saussure) que os seguem para resolver (ou não) a significação. Operação na superfície comandada pelo funcionamento da língua na ausência de um intérprete. Pelo simbólico que supera o imaginário<sup>5</sup>.

Vale dizer que a língua opera sobre “elementos concretos” (formas e substâncias de uma língua qualquer). Isso equivale a dizer que é o *funcionamento* que responde pelo lingüístico. Ou seja, a língua não é “fala” a serviço do pensamento ou da comunicação, ela não está à mercê do par psicológico/social. Na verdade, o que os monólogos ajudam a ver é que a linguagem é que pode “dar vida” a um sujeito e “fazer laço social”.

Eu diria que os monólogos das crianças exibem os traçados da língua, mostram, exatamente, que ali não há um intérprete, que há uma criança que fala e que nessa fala a língua se movimenta<sup>6</sup>. Mostram que, nos lugares em que a língua faz buraco, faz parar, a criança faz silêncio e “cede” lugar para dizeres outros. Neles a língua se movimenta.

Nos monólogos da criança não há intérprete, a “superfície” de seus dizeres ainda não produz efeito de estranhamento (e nem de reconhecimento) sobre a criança<sup>7</sup>. Ela não estranha o que diz, não pode ainda fazer presença na língua constituída como sujeito-intérprete. Nos monólogos, os outros irrompem na voz da criança numa “evasão metonímica” que faz presentificar, na a-linearidade textual, dizeres muitos convocados pelos fragmentos que insistem e que reclamam sua história: articulações que foram efetivadas em outras vozes.

Conclui-se das colocações que fiz até aqui que os monólogos são produções *desgovernadas*, que neles só há “dispersão”, segundo E. Orlandi (1988). Mas, se pausas, interrupções e repetições respondem pelas progressões descompassadas dos monólogos, essas marcas textuais representam, acima de tudo, uma certa *contensão* da sucessividade, um modo

de articulação do eixo metafórico com o metonímico. Se, de um lado, a dispersão é da ordem do textual, do não-coesivo, do discursivo; de outro, concordo com Weir (1962), quando diz, a partir de Freud<sup>8</sup> que “há sentido lingüístico no não sentido”, que “há sentido lingüístico nos monólogos”, diz ela. O que nos separa é que não entendo por “lingüístico”, “gramatical”. Tomo distância de Weir. Do ponto de vista estritamente gramatical, a “fala egocêntrica” acaba sendo reduzida a um mero jogo de substituições numa estrutura, “jogo sintático” executado por um sujeito apto a decidir pela pertinência categorial do léxico. Tem-se aí um “sujeito diante da linguagem e ‘fora da lei’” (Lier-De Vitto, 1994).

Um dos problemas que vejo nesse tipo de análise é que analisáveis serão, apenas, as sequências consideradas “gramaticais” pelo investigador. As “falsas analogias” ou “erros”, como quer Ruth Weir, tornam-se desinteressantes e são desconsiderados já que representam partes “ainda não internalizadas do sistema”. Partes que escapam, portanto, ao controle da criança. Acontece que, como vimos no monólogo de Emmy acima apresentado, as ditas falsas analogias *também* respondem pela progressão dos monólogos.

Outro problema, e mais sério, é que, do ponto de vista gramatical, importam as sentenças, independentemente da modalidade de discurso em que ocorram: monólogos ou diálogos, orais ou escritos, prestam-se (igualmente) ao exercício analítico do pesquisador. Como abordar, ou melhor, não deixar escapar a singularidade dessas manifestações lingüísticas que são os monólogos da criança? Como evitar sua redução a um “mesmo” lingüístico?

É verdade que “há sentido lingüístico nos monólogos”, é certo que nem tudo é dispersão e caos. Mas, que sentido lingüístico é este? É aquele que conduz à noção de língua enquanto “sistema”, como ensinou Saussure. Há nos monólogos um *movimento*, um *funcionamento* que, na falta do outro, do intérprete, deixa o sentido à deriva. É que, se não há intérprete, ainda assim, “a criança fica com palavras”. Para onde isso nos leva? Se a criança diz palavras que vieram de um discurso-outro e que lá estão postas em relação por um funcionamento, quando cessa a voz do outro, o que restará?

Restam relações, palavras num funcionamento que desconhece a história, desconhece discursos; que não respeita “filiações a universos logicamente estabilizados”, que desmantela o texto. Funcionamento que recusa “tipologias”, que põe em relação textos múltiplos, enunciados plurais. De fato, na desordem há sentido lingüístico. Há mais, há “outros” lá na superfície dos monólogos: outros dizeres, pedaços de enun-

5 Cláudia Lemos (a sair), trata da relação criança-língua, da articulação entre movimento da língua e dos registros constitutivos da subjetividade (real/simbólico/imaginário).

6 Para uma análise aprofundada dos monólogos, sob a ótica que aqui apenas insinuo, ver Lier-De Vitto (1994).

7 A relação entre “estranhamento” e “reconhecimento”, expressões trazidas ao interacionismo por Cláudia Lemos, são discutidas em relação à noção de interpretação, por M.Fausta Pereira de Castro (1995).

8 A rigor, Freud (1905), em “O Chiste e sua Relação com o Inconsciente”, fala que há “sentido no não sentido”.

Weir, a partir daí, falará em “sentido lingüístico no não sentido” dos monólogos.

ciados dos outros. "Outros" que a criança não controla. Ela não dirige nem o funcionamento, nem os textos. Vê-se que os monólogos iluminam um sujeito duplamente assujeitado. Neles, se o sentido se perde ou confunde, nem por isso eles deixam de mostrar sua história ou de "historicizar" o nascimento do sujeito.

Frente aos monólogos, pode-se dizer que a criança não "fala para si" ou "de si", como quer a Psicologia do Desenvolvimento. Para dizer é preciso dizer de certo modo: modo mesmo de submissão à lei, lei do funcionamento da linguagem. Os monólogos deixam ver sua determinação lingüístico-discursiva, apesar de neles faltar um intérprete (ou até mesmo por isso). No silêncio do outro, a criança é colocada no interior de uma articulação significativa que a aprisiona em redes que se entrecruzam. Redes que têm suas necessidades, suas organizações mas que podem mudar de direção tão logo nelas a língua faça uma parada, um "furo", para introduzir uma outra possibilidade, um outro destino não menos determinado.

Apesar dessa "fatalidade" imposta pela alteridade com a língua, as pausas, os erros, as interrupções, as repetições parecem anunciar um intérprete a advir, um sujeito que nascerá da "dispersão", como diria Eni Orlandi. Da vivência do não-sentido que o deixa à "deriva", em palavras de Pêcheux (1990). À deriva, na "esteira do significante", como diz Cláudia Lemos. Concluo, nessa direção que os monólogos não escondem que, à revelia do significado, o significante se move. Neles, "há (de fato) sentido lingüístico no não-sentido".

## Bibliografia

- BAKTIN, M. M. (1979) – "El Problema de los Generos Discursivos". *Estética e la Creación Verbal*. Argentina: Siglo Veintiuno, 1985.
- DELEUZE, J. (1969) – *A lógica do Sentido*. São Paulo: Perspectiva, Vol.35.
- GERHARDT, J. (1989) – "Monologue as a Speech Genre". K.Nelson (ed) *Narratives from the Crib*. Cambridge, Mass: Harvard University.
- HENRY, P. (1992) – *A Ferramenta Imperfeita*. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp.
- JAKOBSON, R. (1954) – "Dois Aspectos da Linguagem e Dois Tipos de Afasia", em *Lingüística e Comunicação*. São Paulo, SP: Cultrix (1969)
- \_\_\_\_\_. (1960) – "Lingüística e Poética". *Lingüística e Comunicação*. São Paulo: Editora Cultrix, 1969.
- LALANDE, A. (1926) – *Vocabulaire Technique et Critique de la Philosophie*. Paris: Presses Universitaires de France, 1985.
- LEMONS, C. (1992) – "Los procesos Metaforicos y metonímicos como Mecanismos de Cambio". *Substratum*, vol. 1, nº 1. Barcelona: Espanha.
- LEMONS, M.T. (1990) – "Sobre o que "eu" diz: da subjetividade na linguagem". Comunicação apresentada na ALFAL - UNICAMP. Inédito.
- LEONTIEV, A.N. (1981) – "The Problem of Activity in Psychology". Em Wertsch, Armonk, New York: Sharp. (ed.). *The Concept Of Activity in Soviet Psychology*.

- LIER-DE VITTO (1991) – "Raízes Genéticas: Implicações e Complicações". *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, nº 26 UNICAMP.
- \_\_\_\_\_. (1994) – *Os Monólogos da Criança: Delírios da Língua*. Tese de Doutorado (inédita), 1994. UNICAMP.
- LIER-DE VITTO e FONSECA, S. C. (1997) – "Reformulação ou Ressignificação". *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, nº 33. UNICAMP.
- NELSON, K. (1989) – "Monologue as a Representation of Real-Life Experience". K. Nelson (ed.). *Narratives from the Crib*. Cambridge, Mass: Harvard University Press.
- ORLANDI, E. (1988) – "A Incompletude do Sujeito". *Sujeito e Texto*. São Paulo: EDUC - Série Cadernos PUC.
- ORLANDI, E. e GUIMARÃES, E. (1988) – "Unidade e Dispersão: Uma Questão do Sujeito e do Texto". *Sujeito e Texto*. São Paulo: EDUC - Série Cadernos PUC.
- PÊCHEUX, M. (1988) – *O Discurso Estrutura ou Acontecimento?* Campinas, São Paulo: Pontes Editores, 1990.
- ROSOLATO, G. (1985) – *Elementos de Interpretação*. São Paulo: Editora Escuta, 1988.
- WEIR, R. (1962) – *Language in the Crib*. Holanda: Mouton & Co., The Hague, 1970.